

# PREGÃO ELETRÔNICO

90034/2026

## CONTRATANTE (UASG)

PREFEITURA MUNICIPAL DE PERDÕES – MG (984997)

## OBJETO

AQUISIÇÃO, VIA REGISTRO DE PREÇOS, DE MATERIAIS, INSUMOS, EQUIPAMENTOS E ELEMENTOS DESTINADOS À IMPLANTAÇÃO, MANUTENÇÃO, REVITALIZAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE ÁREAS VERDES, PRAÇAS, JARDINS, PARQUES, CANTEIROS, VIAS PÚBLICAS E DEMAIS ESPAÇOS URBANOS DO MUNICÍPIO DE PERDÕES, COMPREENDENDO O FORNECIMENTO DE VEGETAÇÃO (MUDAS, SEMENTES E SUBSTRATOS), SISTEMAS DE IRRIGAÇÃO E HIDRÁULICOS, FERRAMENTAS, EQUIPAMENTOS E EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPIS), VEGETAÇÃO DE GRANDE PORTE E GRAMADOS, MATERIAIS PARA PAVIMENTAÇÃO E INFRAESTRUTURA, MOBILIÁRIO URBANO E PAISAGISMO ESTRUTURAL, SISTEMAS DE DRENAGEM E CONTENÇÃO, ELEMENTOS DECORATIVOS E SISTEMAS ESPECIAIS, POSTES, BANCOS E DEMAIS COMPONENTES CORRELATOS, VISANDO ATENDER ÀS DEMANDAS DO MUNICÍPIO DE PERDÕES/MG

## VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

**SIGILOSO**

## DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia **23/06/2026** às 09h00min (horário de Brasília)

## CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

menor preço por item

## MODO DE DISPUTA:

aberto e fechado



Baixe o APP Compras.gov.br  
e apresente sua proposta!

## Sumário

1. DO OBJETO .....	3
2. DO REGISTRO DE PREÇOS .....	3
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO .....	3
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO .....	5
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA .....	7
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES ..	8
7. DA FASE DE JULGAMENTO .....	11
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO .....	14
9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS .....	16
10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA .....	17
11. DOS RECURSOS .....	17
12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES .....	18
13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO .....	20
14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS .....	20

**EDITAL Nº 34/2026****PREFEITURA MUNICIPAL DE PERDÕES – MG****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90034/2026**

(Processo Administrativo nº 091/2026)

Torna-se público que o Município de Perdões – MG, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

**1. DO OBJETO**

1.1. O objeto da presente licitação é a aquisição, via registro de preços, de materiais, insumos, equipamentos e elementos destinados à implantação, manutenção, revitalização e ampliação de áreas verdes, praças, jardins, parques, canteiros, vias públicas e demais espaços urbanos do Município de Perdões, compreendendo o fornecimento de vegetação (mudas, sementes e substratos), sistemas de irrigação e hidráulicos, ferramentas, equipamentos e Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), vegetação de grande porte e gramados, materiais para pavimentação e infraestrutura, mobiliário urbano e paisagismo estrutural, sistemas de drenagem e contenção, elementos decorativos e sistemas especiais, postes, bancos e demais componentes correlatos, visando atender às demandas do Município de Perdões/MG, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em 09 (nove) grupos/lotes, formados por um ou mais itens, conforme tabela constante do Termo de Referência/Projeto Básico, facultando-se ao licitante a participação em quantos grupos/lotos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem.

**2. DO REGISTRO DE PREÇOS**

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

**3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. Para o item único constante do Termo de Referência anexo a este edital, não será concedida exclusividade de participação a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

3.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

3.7. Não poderão disputar esta licitação:

3.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.7.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.7.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.7.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.7.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.7.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.7.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.7.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.7.9. *pessoas jurídicas reunidas em consórcio;*

3.7.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.7.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.8. O impedimento de que trata o item 3.7.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a

sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.7.2 e 3.7.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.11. O disposto nos itens 3.7.2 e 3.7.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

3.13. A vedação de que trata o item 3.7.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

#### **4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

4.1. *Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.*

4.2. *Havendo divergências entre os valores, marcas, modelos e fabricantes informados no sistema de compras governamentais (Comprasnet) e o documento de proposta anexado na plataforma, PREVALECERÁ àqueles que forem informados em campo próprio do sistema supracitado.*

4.3. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.4. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 8.1.1 e 8.12.1 deste Edital.

4.5. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.5.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.5.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.5.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.5.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.6. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.7. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.7.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.7.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.8. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.5 ou 4.7 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

4.9. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.10. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.11. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.12. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.12.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.12.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.13.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.13.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.12 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.15. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.16. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## 5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor unitário e valor total do item;

5.1.2. Marca, quando for o caso;

5.1.3. Fabricante, quando for o caso;

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1. O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

5.8.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.8.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.9.

5.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5.10. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.

5.11. Em todo caso, deverá ser garantido o pagamento do salário normativo previsto no instrumento coletivo aplicável ou do salário-mínimo vigente, o que for maior.

## **6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,01 (Um centavo).

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.



6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

6.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 6.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

6.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

6.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

6.21.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.21.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.21.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.21.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.21.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.21.2.2. empresas brasileiras;

6.21.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.21.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

6.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.22.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.22.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.22.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.22.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.22.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## 7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 3.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens **Erro! Fonte de referência não encontrada.** e 4.7 deste edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. conter vícios insanáveis;

7.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

7.9.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

7.9.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e *pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;*

7.9.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

7.9.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

7.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.11.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

7.11.2. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

7.11.3. Caso a produtividade for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

7.11.4. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

7.11.5. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

7.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.14. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.15. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.16. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.17. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.18. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

## 8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 30 % para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação deverão ser apresentados por meio de consulta eletrônica, e em casos excepcionais digitalizados sob pena de falsificação documental caso haja.

8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

8.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

8.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

8.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

8.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

8.12. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (DUAS HORAS), prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.12.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no [§ 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

8.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):



8.14.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.12.1.

8.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

8.19. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

## 9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

(a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

(b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

9.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

9.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

9.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

9.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

9.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.



## 10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

- 10.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:
  - 10.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e
  - 10.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original
- 10.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.
  - 10.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.
  - 10.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

10.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

- 10.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou
- 10.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

10.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

- 10.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
- 10.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

## 11. DOS RECURSOS

- 11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
  - 11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
  - 11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.
  - 11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://www.gov.br/pncp/pt-br>.

## **12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

12.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

12.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

12.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

12.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

12.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

12.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

12.1.5. fraudar a licitação

12.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

12.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

12.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

12.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. advertência;

12.2.2. multa;

12.2.3. impedimento de licitar e contratar e

12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

12.3.2. as peculiaridades do caso concreto

12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **10 (dez) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

12.4.1. Para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

12.4.2. Para as infrações previstas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

12.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

12.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

### **13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: [licitacao@perdoes.mg.gov.br](mailto:licitacao@perdoes.mg.gov.br).

13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

### **14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

14.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

14.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico [http://comprasnet.gov.br/ConsultaLicitacoes/ConsLicitacao\\_Filtro.asp](http://comprasnet.gov.br/ConsultaLicitacoes/ConsLicitacao_Filtro.asp)

14.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- 14.11.1. ANEXO I - Termo de Referência
- 14.11.2. ANEXO II – Minuta de Ata de Registro de Preços
- 14.11.3. ANEXO III – Minuta de Termo de Contrato

Perdões/MG, 10 de junho de 2026.

---

**Jéssica Vilela Barbosa**  
**Subscritora**  
**MASP 5469-0**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PERDÕES – MG**

(Processo Administrativo nº 091/2026)

**CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

1.1. Aquisição, via registro de preços, de materiais, insumos, equipamentos e elementos destinados à implantação, manutenção, revitalização e ampliação de áreas verdes, praças, jardins, parques, canteiros, vias públicas e demais espaços urbanos do Município de Perdões, compreendendo o fornecimento de vegetação (mudas, sementes e substratos), sistemas de irrigação e hidráulicos, ferramentas, equipamentos e Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), vegetação de grande porte e gramados, materiais para pavimentação e infraestrutura, mobiliário urbano e paisagismo estrutural, sistemas de drenagem e contenção, elementos decorativos e sistemas especiais, postes, bancos e demais componentes correlatos, visando atender às demandas do Município de Perdões/MG, nos termos da tabela abaixo e de acordo com as condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

**TABELA DEMONSTRATIVA (DIVIDIDA EM LOTES)****LOTE 1 – VEGETAÇÃO (MUDAS, SEMENTES E SUBSTRATOS)**

Item	Descrição e especificação técnica	Unidade	Quantidade
1	Mudas de espécies arbóreas ornamentais, compatíveis com uso em paisagismo urbano, tais como: Ipê-amarelo, Ipê-roxo, Quaresmeira, Oiti, Resedá, Extremosa, Pata-de-vaca, Sibipiruna ou espécies equivalentes, com altura total mínima de 1,80 m (medida a partir do colo da planta até o ápice), diâmetro à altura do peito (DAP) mínimo de 2,5 cm medido a 1,30 m do solo, produzidas em viveiro registrado junto ao órgão competente quando aplicável, fornecidas em recipiente rígido ou saco plástico com volume entre 10 e 20 litros, contendo substrato estruturado. As mudas deverão apresentar sistema radicular totalmente desenvolvido, com ausência de enovelamento (root bound), deformações ou raízes expostas, com torrão íntegro no momento da entrega. Deverão estar fitossanitariamente sadias, isentas de pragas, doenças, fungos, bactérias, injúrias mecânicas, sinais de estresse hídrico ou nutricional, bem como sem clorose acentuada ou deficiências visuais. Será obrigatória a apresentação de mudas com fuste único ou padrão de formação compatível com arborização urbana, com poda de condução quando aplicável, garantindo eixo central definido e estrutura adequada ao transplante. O recebimento será condicionado à conformidade dimensional aferida por medição direta em campo, admitindo-se tolerância máxima de até 5% nas medidas declaradas, desde que não comprometa o desempenho paisagístico.	unidade	1200
2	Mudas de espécies arbóreas <b>nativas do bioma regional indicado no projeto paisagístico</b> , tais como: Ipê-branco, Pau-ferro, Canafístula, Aroeira-pimenteira, Paineira, Cedro-rosa, Jequitibá-rosa ou espécies equivalentes, devidamente identificadas botanicamente (nome científico e popular), com <b>altura total mínima de 1,50 m (medida do colo da planta até o ápice da copa) e diâmetro à altura do peito (DAP) mínimo de 2,0 cm, medido a 1,30 m do solo</b> , produzidas em viveiro regularizado junto ao órgão ambiental competente, quando exigível pela legislação vigente. As mudas deverão ser fornecidas em recipiente ou torrão com <b>volume mínimo de 8 litros ou equivalente técnico</b> , com substrato estruturado e estável, garantindo integridade durante o transporte e plantio. Deverão apresentar <b>sistema radicular bem formado, ativo e proporcional à parte aérea, sem enovelamento, estrangulamento, raízes expostas ou</b>	unidade	1500

Item	Descrição e especificação técnica	Unidade	Quantidade
	<p><b>deformações decorrentes de confinamento</b>, assegurando plena capacidade de pegamento após o transplante.</p> <p>Serão aceitas apenas mudas <b>fitossanitariamente sadias</b>, isentas de pragas, doenças, fungos, bactérias, danos mecânicos, clorose severa ou quaisquer sinais de deficiência nutricional ou estresse fisiológico.</p> <p>Quando exigido por legislação ambiental ou pelo órgão fiscalizador, deverá ser apresentada <b>comprovação de origem das mudas (nota fiscal, guia de transporte vegetal ou certificado de procedência de viveiro autorizado)</b>, assegurando rastreabilidade e conformidade ambiental.</p> <p>O recebimento será condicionado à verificação in loco das condições morfológicas e sanitárias, sendo vedado o aceite de exemplares fora dos parâmetros mínimos estabelecidos neste Termo de Referência.</p>		
3	<p>Mudas de espécies de palmeiras (Arecaceae), devidamente identificadas botanicamente, com <b>altura mínima de 1,20 m (medida a partir do colo da planta até a inserção da última folha funcional)</b>, apresentando <b>estipe (caule) íntegro, sem lesões mecânicas, deformações ou ataques de patógenos</b>, com padrão compatível com uso em paisagismo urbano.</p> <p>Deverão ser fornecidas em recipiente com <b>volume mínimo de 15 litros ou torrão equivalente tecnicamente estável</b>, contendo substrato estruturado, firme e adequadamente aderido ao sistema radicular, garantindo integridade no transporte, manuseio e plantio.</p> <p>O sistema radicular deverá estar <b>bem desenvolvido, ativo e proporcional à parte aérea, sem enovelamento, estrangulamento, necrose ou exposição de raízes</b>, assegurando adequada capacidade de estabelecimento pós-plantio.</p> <p>As mudas deverão apresentar <b>condição fitossanitária plena</b>, estando livres de pragas, doenças, fungos, bactérias, sintomas de deficiência nutricional, clorose acentuada, injúrias mecânicas ou estresse hídrico.</p> <p>O recebimento será condicionado à verificação visual e dimensional no ato da entrega, sendo vedado o aceite de exemplares que não atendam integralmente aos parâmetros mínimos estabelecidos neste Termo de Referência.</p>	unidade	200
4	<p>Mudas de espécies arbustivas floríferas, tais como: Ixora, Hibisco, Azaleia, Alamanda, Lantana, Mussaenda, Gardênia, Escova-de-garrafa, Camarão-amarelo, Manacá-de-cheiro ou outras espécies equivalentes, devidamente identificadas botanicamente, com <b>altura entre 0,40 m e 0,80 m (medida a partir do colo da planta até o ápice vegetativo)</b>, apresentando <b>estrutura vegetativa bem formada, com ramificação compatível com a espécie e padrão adequado para uso paisagístico urbano</b>.</p> <p>As mudas deverão apresentar <b>indícios claros de capacidade de floração ou floração ativa no momento da entrega</b>, comprovada pela presença de botões florais, flores abertas ou histórico de floração da matriz produtora, quando em fase vegetativa, desde que compatível com o ciclo fenológico da espécie.</p> <p>Deverão ser fornecidas em recipiente com <b>volume mínimo compatível com o desenvolvimento radicular (mínimo de 5 litros ou equivalente técnico)</b>, com substrato estruturado, firme e aderido ao sistema radicular, garantindo estabilidade no transporte e no plantio.</p> <p>O sistema radicular deverá estar <b>bem desenvolvido, ativo e proporcional à parte aérea, sem enovelamento, estrangulamento, raízes expostas ou sinais de degradação</b>, assegurando adequado potencial de pegamento.</p> <p>As mudas deverão estar <b>fitossanitariamente sadias</b>, isentas de pragas, doenças, fungos, bactérias, danos mecânicos, clorose severa ou quaisquer sinais de deficiência nutricional ou estresse hídrico.</p> <p>O recebimento será condicionado à verificação visual de conformidade morfológica, sanitária e fenológica, sendo vedado o aceite de exemplares fora dos parâmetros mínimos estabelecidos neste Termo de Referência.</p>	unidade	3000

Item	Descrição e especificação técnica	Unidade	Quantidade
5	<p>Mudas de espécies arbustivas ornamentais de folhagem, tais como: Pingo-de-ouro, Cróton, Clúsia, Murta, Podocarpus, Dracenas, Cheflera-arbustiva, Filodendro-xanadu, Evônimo ou outras espécies equivalentes, devidamente identificadas botanicamente, com <b>altura entre 0,30 m e 0,70 m (medida a partir do colo da planta até o ápice vegetativo)</b>, apresentando <b>porte compatível com formação paisagística urbana e boa uniformidade de crescimento</b>.</p> <p>Deverão possuir <b>folhagem densa e bem distribuída ao longo da copa</b>, com cobertura vegetativa homogênea, ausência de falhas significativas de folhagem, desfolha excessiva ou desuniformidade estrutural, garantindo efeito ornamental pleno no paisagismo.</p> <p>As mudas deverão ser fornecidas em recipiente com <b>volume mínimo de 5 litros ou equivalente técnico</b>, contendo substrato estruturado e aderido ao sistema radicular, assegurando estabilidade física durante transporte e plantio. O sistema radicular deverá estar <b>bem desenvolvido, ativo e proporcional à parte aérea, sem enovelamento, estrangulamento, necrose ou exposição de raízes</b>, garantindo adequada capacidade de estabelecimento pós-plantio.</p> <p>Deverão apresentar-se <b>fitossanitariamente sadias</b>, isentas de pragas, doenças, fungos, bactérias, injúrias mecânicas, clorose acentuada ou quaisquer sinais de deficiência nutricional ou estresse hídrico.</p> <p>O recebimento será condicionado à verificação visual de conformidade morfológica, sanitária e estrutural, sendo vedado o aceite de exemplares que não atendam integralmente aos parâmetros mínimos estabelecidos neste Termo de Referência.</p>	unidade	2000
6	<p>Mudas de espécies vegetais destinadas à forração e cobertura de solo, tais como: Grama-amendoim, Liríope, Lambari-roxo, Trapoeraba-roxa, Vedélia, Grama-preta, Barba-de-serpente, Clorofito, Dinheiro-em-penca ou outras espécies equivalentes, devidamente identificadas botanicamente, com <b>altura máxima de 0,20 m (medida a partir do colo da planta até o ponto mais alto da parte aérea)</b>, apresentando desenvolvimento vegetativo compatível com uso paisagístico urbano.</p> <p>Deverão apresentar <b>cobertura vegetativa mínima de 80% do substrato do recipiente</b>, com distribuição uniforme das brotações, garantindo capacidade efetiva de cobertura do solo após o plantio, sem falhas significativas, rarefação ou descontinuidade vegetativa.</p> <p>As mudas deverão ser fornecidas em recipientes adequados ao seu porte, com <b>volume mínimo de 1 litro ou equivalente técnico</b>, contendo substrato estruturado, estável e aderido ao sistema radicular, de modo a assegurar integridade durante o transporte e o plantio.</p> <p>O sistema radicular deverá estar <b>bem formado, ativo e proporcional à parte aérea</b>, sem enovelamento, estrangulamento, necrose ou raízes expostas, garantindo adequada taxa de pegamento e rápida expansão vegetativa após o plantio.</p> <p>Deverão apresentar-se <b>fitossanitariamente sadias</b>, isentas de pragas, doenças, fungos, bactérias, plantas invasoras, clorose acentuada ou quaisquer sinais de deficiência nutricional ou estresse hídrico.</p> <p>O recebimento será condicionado à verificação visual e estrutural no ato da entrega, sendo vedado o aceite de materiais que não atendam integralmente aos parâmetros mínimos estabelecidos neste Termo de Referência.</p>	unidade	8000
7	<p>Sementes da espécie de gramínea para formação de gramados do tipo esmeralda (Zoysia spp. ou equivalente técnico), destinadas à implantação de áreas verdes urbanas, com <b>pureza física mínima de 95%, taxa de germinação mínima de 85%</b>, conforme laudo técnico emitido por laboratório credenciado ou certificado do fornecedor.</p>	kg	150



Item	Descrição e especificação técnica	Unidade	Quantidade
	<p>O produto deverá apresentar <b>ausência de sementes de plantas invasoras, impurezas vegetais, materiais inertes em níveis superiores aos permitidos e quaisquer contaminantes físicos ou biológicos</b>, garantindo qualidade agrônômica adequada para formação de gramados homogêneos.</p> <p>As sementes deverão possuir <b>identificação de lote, validade vigente e rastreabilidade de origem</b>, sendo acondicionadas em embalagens íntegras, lacradas de fábrica, resistentes à umidade e devidamente rotuladas com informações técnicas completas.</p> <p>O material deverá ser adequado para <b>uso em áreas paisagísticas, praças e jardins públicos</b>, com desempenho compatível para formação de cobertura vegetal densa, uniforme e de baixa manutenção após implantação.</p> <p>O recebimento será condicionado à apresentação de documentação técnica comprobatória da pureza e germinação, bem como à verificação de integridade das embalagens e conformidade com as especificações mínimas estabelecidas neste Termo de Referência.</p>		
8	<p>Sementes da espécie de gramínea <b>Paspalum notatum (grama batatais) ou equivalente tecnicamente comprovado</b>, destinadas à formação de gramados em áreas públicas, especialmente em locais de <b>maior rusticidade, baixa manutenção e/ou maior exposição a pisoteio</b>, com <b>pureza física mínima de 90%</b>.</p> <p>O material deverá apresentar <b>taxa de germinação compatível com padrões agrônômicos comerciais vigentes, comprovada por laudo técnico ou certificado de análise emitido por laboratório credenciado</b>, além de estar livre de sementes de plantas invasoras, impurezas vegetais, materiais inertes em excesso e contaminantes biológicos.</p> <p>As sementes deverão ser fornecidas em <b>embalagens originais de fábrica, íntegras, lacradas, impermeáveis e devidamente identificadas</b>, contendo obrigatoriamente: espécie, lote, data de validade, porcentagem de pureza, germinação e recomendação técnica de uso.</p> <p>O produto deverá ser adequado para <b>implantação de gramados em praças, parques, canteiros centrais e áreas públicas</b>, garantindo formação de cobertura vegetal uniforme, resistente e compatível com condições de solo e clima da região de aplicação.</p> <p>O recebimento será condicionado à verificação da integridade da embalagem, conformidade documental e atendimento integral às especificações técnicas mínimas estabelecidas neste Termo de Referência.</p>	kg	100
9	<p>Sementes de mistura de espécies floríferas ornamentais diversas, destinadas à formação de canteiros, jardins e áreas paisagísticas públicas, devendo ser <b>certificadas quanto à origem e qualidade</b>, com identificação botânica das espécies componentes (nome científico e, quando aplicável, nome popular).</p> <p>O produto deverá apresentar <b>pureza física mínima de 90%, ausência de sementes de plantas invasoras e contaminantes biológicos</b>, bem como <b>germinação mínima compatível com padrões comerciais vigentes, comprovada por laudo técnico emitido por laboratório credenciado ou certificado de análise do fabricante</b>.</p> <p>A composição da mistura deverá ser adequada ao uso ornamental urbano, contendo espécies de ciclo compatível (anuais, bienais e/ou perenes), com seleção orientada para <b>floração escalonada, diversidade cromática e adaptação às condições climáticas da região de implantação</b>, conforme diretrizes do projeto paisagístico.</p> <p>As sementes deverão ser fornecidas em <b>embalagens originais, íntegras, lacradas, impermeáveis e devidamente rotuladas</b>, contendo obrigatoriamente: composição da mistura, espécies componentes, lote, data de validade, percentuais de pureza e germinação, além de instruções técnicas de</p>	kg	20

Item	Descrição e especificação técnica	Unidade	Quantidade
	<p>uso.</p> <p>O material deverá ser adequado para <b>implantação direta em solo preparado ou em substratos de jardins e praças públicas</b>, assegurando formação de cobertura floral uniforme e ornamental.</p> <p>O recebimento será condicionado à verificação da integridade das embalagens, conformidade documental e atendimento integral às especificações técnicas mínimas estabelecidas neste Termo de Referência.</p>		
10	<p>Substrato vegetal destinado ao cultivo e desenvolvimento de espécies ornamentais em praças e jardins, devendo apresentar <b>pH entre 5,5 e 6,5</b>, com <b>teor mínimo de matéria orgânica (MO) de 20%</b>, devidamente estabilizada e humificada, garantindo condições adequadas ao enraizamento e desenvolvimento vegetal.</p> <p>O material deverá ser composto por mistura homogênea de componentes orgânicos e minerais compatíveis com uso paisagístico, sendo <b>livre de contaminantes físicos, químicos e biológicos</b>, incluindo pedras de grande porte, resíduos urbanos, metais, plásticos, sementes de plantas invasoras, fungos patogênicos e odores de decomposição ativa.</p> <p>Deverá apresentar <b>granulometria uniforme e adequada a uso hortícola e paisagístico</b>, com boa aeração, capacidade de retenção de umidade equilibrada e drenagem eficiente, sem compactação excessiva após aplicação.</p> <p>O substrato deverá ser fornecido <b>pronto para uso, previamente peneirado e homogeneizado</b>, podendo conter componentes como turfa, composto orgânico estabilizado, casca vegetal compostada, fibra de coco ou equivalentes técnicos, desde que respeitados os parâmetros de qualidade estabelecidos.</p> <p>O produto deverá ser entregue com <b>laudo técnico ou ficha de caracterização agronômica</b>, contendo no mínimo: pH, condutividade elétrica, teor de matéria orgânica, densidade aparente e indicação de ausência de patógenos fitossanitários relevantes.</p> <p>O recebimento será condicionado à verificação da conformidade física, química e sanitária do material, sendo vedado o aceite de substratos fora das especificações mínimas estabelecidas neste Termo de Referência.</p>	m³	150
11	<p>Terra vegetal destinada a uso em paisagismo, recomposição de áreas verdes e preparo de canteiros em praças e jardins, devendo ser <b>peneirada com granulometria máxima de 10 mm</b>, apresentando textura homogênea e adequada ao plantio ornamental.</p> <p>O material deverá ser constituído predominantemente por solo de camada superficial fértil, com <b>presença de matéria orgânica em estágio de decomposição compatível com uso agrícola/paisagístico</b>, sem caracterizar material cru ou resíduos não estabilizados.</p> <p>Deverá estar <b>livre de impurezas</b>, incluindo, mas não se limitando a: pedras acima da granulometria especificada, raízes lenhosas em excesso, restos de construção civil, resíduos urbanos, plásticos, metais, vidros, sementes de plantas invasoras e quaisquer contaminantes físicos, químicos ou biológicos.</p> <p>A terra vegetal deverá apresentar <b>estrutura friável, boa aeração, drenagem compatível com uso paisagístico e ausência de compactação excessiva</b>, permitindo adequada infiltração de água e desenvolvimento radicular das espécies vegetais.</p> <p>O material deverá ser <b>homogeneizado e pronto para uso</b>, podendo ser oriundo de áreas de empréstimo licenciadas ou processos de compostagem e beneficiamento, desde que atendidos os requisitos de qualidade.</p> <p>O recebimento será condicionado à verificação visual e física da granulometria, homogeneidade e ausência de contaminantes, sendo vedado o aceite de material fora das especificações mínimas estabelecidas neste Termo de Referência.</p>	m³	500

Item	Descrição e especificação técnica	Unidade	Quantidade
12	<p>Areia lavada destinada a uso em paisagismo, drenagem de canteiros e composição de substratos em praças e jardins, devendo ser <b>totalmente lavada, peneirada e classificada</b>, com granulometria uniforme compatível com uso não estrutural.</p> <p>O material deverá ser composto predominantemente por sílica (areia quartzosa), apresentando <b>granulometria média a grossa adequada ao uso paisagístico</b>, sem presença de finos excessivos (silte e argila em quantidade significativa), garantindo boa permeabilidade e drenagem.</p> <p>Deverá estar <b>isenta de impurezas</b>, incluindo, mas não se limitando a: matéria orgânica em decomposição, resíduos vegetais, restos de construção civil, partículas de argila aderente, sais solúveis em excesso, óleos, metais, plásticos ou quaisquer contaminantes físicos, químicos ou biológicos.</p> <p>A areia deverá apresentar <b>coloração uniforme característica de material quartzoso limpo</b>, sem odores ou sinais de contaminação, e não poderá apresentar compactação ou aglomeração quando armazenada a seco.</p> <p>O material deverá ser entregue <b>pronto para uso, previamente beneficiado (lavado e peneirado industrialmente ou em processo equivalente)</b>, sendo vedado o fornecimento de areia bruta ou não tratada.</p> <p>O recebimento será condicionado à verificação visual da limpeza, granulometria e ausência de contaminantes, sendo vedado o aceite de material fora das especificações mínimas estabelecidas neste Termo de Referência.</p>	m³	500
13	<p>Brita britada de origem basáltica, granítica ou equivalente tecnicamente comprovado, destinada a sistemas de drenagem superficial e subsuperficial em praças e jardins, devendo ser fornecida na <b>granulometria nº 1 (9,5 mm a 19 mm) ou nº 2 (19 mm a 25 mm)</b>, conforme classificação da ABNT aplicável.</p> <p>O material deverá apresentar <b>granulometria uniforme dentro da faixa especificada, com baixo índice de finos (pó de pedra), devidamente peneirado e classificado</b>, garantindo elevada permeabilidade e eficiência hidráulica nos sistemas de drenagem.</p> <p>Deverá estar <b>isento de impurezas</b>, incluindo matéria orgânica, argila aderida, solo, resíduos de construção civil, metais, plásticos, madeira ou qualquer outro contaminante físico, químico ou biológico.</p> <p>A brita deverá apresentar <b>resistência mecânica compatível com uso em drenagem urbana</b>, sem degradação excessiva por fraturamento, garantindo estabilidade granulométrica ao longo do tempo de operação.</p> <p>O material deverá ser fornecido <b>limpo, seco e pronto para aplicação</b>, sem necessidade de beneficiamento adicional no local de obra, salvo nivelamento e distribuição.</p> <p>O recebimento será condicionado à verificação da granulometria, limpeza e conformidade visual e física com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência, sendo vedado o aceite de material fora dos parâmetros mínimos definidos.</p>	m³	100
14	<p>Casca de pinus destinada a uso paisagístico como cobertura de solo (mulching), proveniente de madeira de reflorestamento (Pinus spp.), devidamente <b>triturada, classificada e tratada</b>, com granulometria uniforme compatível com aplicação ornamental em praças e jardins.</p> <p>O material deverá apresentar <b>partículas com dimensão predominante entre 10 mm e 50 mm</b>, podendo haver variação técnica desde que não comprometa a função de cobertura e proteção do solo, sendo vedada a presença de fragmentos excessivamente finos ou excessivamente grandes que prejudiquem a uniformidade estética e funcional.</p> <p>Deverá ser submetida a <b>processo de tratamento fitossanitário adequado (termotratamento, compostagem controlada ou outro método equivalente tecnicamente comprovado)</b>, garantindo a eliminação de fungos, insetos,</p>	m³	80

Item	Descrição e especificação técnica	Unidade	Quantidade
	<p>larvas e agentes patogênicos, bem como a estabilização do material.</p> <p>O produto deverá estar <b>livre de contaminantes</b>, incluindo solo em excesso, pedras, metais, plásticos, resíduos industriais, odores de decomposição ativa ou quaisquer materiais estranhos à composição vegetal.</p> <p>A casca de pinus deverá apresentar <b>coloração homogênea, sem sinais de apodrecimento ativo, mofo excessivo ou fermentação</b>, mantendo características adequadas para uso paisagístico e proteção do solo contra erosão e perda de umidade.</p> <p>O material deverá ser entregue <b>seco ou com umidade natural controlada</b>, pronto para aplicação direta, sem necessidade de beneficiamento adicional em obra.</p> <p>O recebimento será condicionado à verificação da granulometria, integridade do tratamento, ausência de contaminantes e conformidade com as especificações mínimas estabelecidas neste Termo de Referência.</p>		
15	<p>Pedrisco de origem basáltica, granítica ou equivalente tecnicamente comprovado, destinado ao uso paisagístico em praças, jardins e canteiros, devendo apresentar <b>granulometria uniforme entre 3 mm e 12 mm</b>, classificado e peneirado, com finalidade exclusivamente ornamental e de acabamento de superfícies.</p> <p>O material deverá possuir <b>granulometria homogênea, com baixo índice de finos (pó de pedra) e ausência de partículas excessivamente grandes ou fragmentos lamelares</b>, garantindo estabilidade estética e funcional após aplicação.</p> <p>Deverá estar <b>isento de impurezas</b>, incluindo matéria orgânica, solo aderido, argila, resíduos de construção civil, metais, plásticos, madeira ou quaisquer contaminantes físicos, químicos ou biológicos.</p> <p>O pedrisco deverá apresentar <b>coloração uniforme compatível com a rocha de origem</b>, sem variações excessivas que comprometam a estética paisagística, sendo adequado para composição de áreas decorativas, caminhos e canteiros.</p> <p>O material deverá ser fornecido <b>limpo, seco e pronto para uso</b>, sem necessidade de lavagem ou beneficiamento adicional em obra, exceto nivelamento e distribuição.</p> <p>O recebimento será condicionado à verificação da granulometria, limpeza, uniformidade e conformidade com as especificações mínimas estabelecidas neste Termo de Referência, sendo vedado o aceite de material fora dos parâmetros definidos.</p>	m³	80
16	<p>Adubo orgânico proveniente de processo de compostagem aeróbia controlada, destinado ao uso em praças, jardins e áreas verdes urbanas, devendo estar <b>totalmente estabilizado e maturado</b>, sem presença de matéria orgânica em decomposição ativa.</p> <p>O material deverá apresentar <b>umidade máxima de 30%</b>, textura homogênea e granulometria compatível com aplicação em solo (preferencialmente peneirado), sendo vedada a presença de torrões não decompostos ou materiais grosseiros não estabilizados.</p> <p>Deverá estar <b>isento de contaminantes físicos, químicos e biológicos</b>, incluindo plásticos, metais, vidros, resíduos urbanos, restos de alimentos não compostados, sementes viáveis de plantas invasoras, patógenos, odores fortes de putrefação ou fermentação anaeróbia.</p> <p>O adubo deverá apresentar <b>características físico-químicas compatíveis com uso paisagístico e agrícola</b>, com proporção equilibrada de carbono e nitrogênio, sendo recomendável relação C/N estabilizada (em faixa técnica adequada ao produto compostado), garantindo liberação gradual de nutrientes.</p> <p>Deverá ser fornecido <b>pronto para aplicação direta no solo</b>, podendo ser</p>	kg	20000

Item	Descrição e especificação técnica	Unidade	Quantidade
	<p>oriundo de resíduos vegetais, podas, folhas, esterco animal devidamente compostado ou mistura equivalente tecnicamente controlada, desde que atendidos os parâmetros de qualidade.</p> <p>O produto deverá ser entregue com <b>laudo técnico ou ficha de caracterização agrônômica</b>, contendo no mínimo: teor de matéria orgânica, umidade, pH, condutividade elétrica e comprovação de ausência de patógenos relevantes.</p> <p>O recebimento será condicionado à verificação da estabilidade do material, ausência de odores inadequados, homogeneidade e conformidade com as especificações mínimas estabelecidas neste Termo de Referência.</p>		
17	<p>Fertilizante mineral composto (NPK) de formulação equilibrada, com proporção nominal <b>10-10-10 (Nitrogênio – Fósforo – Potássio) ou equivalente técnico com mesma equivalência agrônômica comprovada</b>, destinado à adubação de áreas verdes, jardins e praças públicas.</p> <p>O produto deverá apresentar <b>granulometria homogênea (granulado ou microgranulado), compatível com aplicação manual ou mecanizada</b>, com boa fluidez, sem empedramento, umidade excessiva ou aglomeração que comprometa a dosagem uniforme.</p> <p>Deverá possuir <b>solubilidade e disponibilidade de nutrientes compatíveis com uso paisagístico</b>, garantindo liberação adequada e balanceada de macroelementos essenciais ao desenvolvimento vegetal.</p> <p>O fertilizante deverá estar <b>isento de contaminantes físicos, químicos ou biológicos</b>, incluindo materiais estranhos, impurezas, resíduos tóxicos, metais pesados acima dos limites permitidos pela legislação vigente e quaisquer substâncias que possam comprometer o solo, a vegetação ou o meio ambiente.</p> <p>A equivalência técnica de formulações diferentes da referência 10-10-10 somente será admitida mediante <b>comprovação formal em laudo técnico agrônômico</b>, demonstrando desempenho nutricional equivalente para finalidade paisagística.</p> <p>O produto deverá ser fornecido em <b>embalagens originais de fábrica, íntegras, lacradas, impermeáveis e devidamente rotuladas</b>, contendo obrigatoriamente: formulação NPK, lote, data de fabricação, validade, recomendação de uso e registro no órgão competente quando aplicável.</p> <p>O recebimento será condicionado à verificação da integridade da embalagem, conformidade da formulação e atendimento integral às especificações mínimas estabelecidas neste Termo de Referência.</p>	kg	2000
18	<p>Calcário agrícola destinado à correção da acidez do solo em áreas de implantação e manutenção de praças, jardins e demais áreas verdes, devendo apresentar <b>Poder Relativo de Neutralização Total (PRNT) mínimo de 80%</b>, comprovado por laudo técnico emitido por laboratório credenciado.</p> <p>O produto deverá ser constituído por rocha calcária moída (calcítico, dolomítico ou equivalente tecnicamente comprovado), apresentando <b>granulometria fina e homogênea</b>, conforme padrão agrônômico vigente, de modo a garantir adequada reatividade no solo e eficiência na correção da acidez.</p> <p>Deverá atender aos seguintes parâmetros técnicos mínimos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Reatividade compatível com o PRNT declarado (<math>\geq 80\%</math>);</b></li> <li>• <b>Granulometria adequada à aplicação agrícola/paisagística</b>, com elevada fração passante em peneiras finas conforme classificação técnica vigente;</li> <li>• <b>Teor de óxidos de cálcio e magnésio compatíveis com a formulação declarada.</b></li> </ul> <p>O material deverá estar <b>isento de impurezas</b>, incluindo solo estranho, pedras</p>	kg	5000

Item	Descrição e especificação técnica	Unidade	Quantidade
	<p>não moídas, resíduos orgânicos, metais, plásticos ou quaisquer contaminantes físicos, químicos ou biológicos que comprometam sua aplicação ou segurança ambiental.</p> <p>O calcário deverá ser fornecido <b>seco, homogêneo e pronto para aplicação direta no solo</b>, sem necessidade de beneficiamento adicional no local de uso.</p> <p>O produto deverá ser entregue em <b>embalagens íntegras, lacradas e devidamente identificadas</b>, ou a granel com controle de qualidade e rastreabilidade, contendo obrigatoriamente: tipo de calcário, PRNT, composição química, granulometria, lote, validade e origem.</p> <p>O recebimento será condicionado à verificação do laudo técnico de qualidade, integridade do produto e conformidade com as especificações mínimas estabelecidas neste Termo de Referência.</p>		
19	<p>Húmus de minhoca destinado ao uso em praças, jardins e áreas verdes urbanas, proveniente de processo de vermicompostagem controlada, resultante da decomposição de matéria orgânica por minhocas (preferencialmente <i>Eisenia fetida</i> ou equivalente técnico), devendo estar <b>totalmente estabilizado, maturado e biologicamente seguro para aplicação em solo e substratos</b>.</p> <p>O produto deverá apresentar <b>textura homogênea, granulometria fina a média e coloração escura uniforme</b>, sem presença de materiais não decompostos ou resíduos visíveis de matéria orgânica bruta.</p> <p>Deverá possuir <b>umidade compatível com uso agrícola (preferencialmente entre 30% e 50%, sem encharcamento ou ressecamento extremo)</b>, garantindo boa manipulabilidade e incorporação ao solo ou substrato.</p> <p>O húmus deverá estar <b>isento de contaminantes físicos, químicos e biológicos</b>, incluindo plásticos, metais, vidros, restos de alimentos não compostados, sementes viáveis de plantas invasoras, patógenos, odores de putrefação ou sinais de fermentação anaeróbia.</p> <p>Deverá apresentar <b>alto teor de matéria orgânica estabilizada e presença de microrganismos benéficos ao solo</b>, contribuindo para melhoria da estrutura física, retenção de umidade e disponibilidade de nutrientes às plantas.</p> <p>O produto deverá ser fornecido <b>pronto para aplicação direta</b>, podendo ser peneirado e homogeneizado, sem necessidade de tratamento adicional no local de uso.</p> <p>O recebimento será condicionado à verificação da uniformidade, ausência de contaminantes, estabilidade do material e conformidade com as especificações mínimas estabelecidas neste Termo de Referência.</p>	kg	5000
20	<p>Biofertilizante líquido destinado à nutrição vegetal e melhoria das condições físico-químicas e biológicas do solo em áreas de praças, jardins e paisagismo urbano, produzido a partir de processos controlados de fermentação aeróbia ou anaeróbia de matérias orgânicas de origem vegetal e/ou animal, devidamente estabilizado.</p> <p>O produto deverá apresentar <b>composição homogênea, sem separação de fases persistente após agitação</b>, sendo permitido leve decantamento natural, desde que reversível por simples homogeneização.</p> <p>Deverá possuir <b>ausência de materiais grosseiros, sólidos não decompostos, resíduos estranhos ou contaminantes visíveis</b>, bem como não apresentar odores putrefativos intensos ou características de instabilidade biológica ativa.</p> <p>O biofertilizante deverá ser fornecido com <b>pH compatível com uso agrícola (preferencialmente entre 5,0 e 8,0, conforme formulação)</b> e com concentração de nutrientes adequada ao uso paisagístico, sendo sua composição declarada pelo fabricante.</p> <p>O produto deverá estar <b>isento de contaminantes químicos e biológicos perigosos</b>, incluindo metais pesados acima dos limites legais, patógenos</p>	litro	5000

Item	Descrição e especificação técnica	Unidade	Quantidade
	<p>fitossanitários relevantes ou substâncias tóxicas ao solo e às plantas.</p> <p>Deverá ser fornecido em <b>embalagens originais, íntegras, vedadas e devidamente rotuladas</b>, contendo obrigatoriamente: composição, modo de aplicação, concentração, lote, data de fabricação, validade e recomendações técnicas de uso.</p> <p>O recebimento será condicionado à verificação da integridade da embalagem, estabilidade do produto e conformidade com as especificações mínimas estabelecidas neste Termo de Referência.</p>		

**LOTE 2 – IRRIGAÇÃO E SISTEMAS HIDRÁULICOS**

Item	Descrição e especificação técnica	Unidade	Quantidade
21	<p>Tubo em PVC rígido destinado a sistemas de irrigação em áreas de praças e jardins, fabricado conforme normas técnicas aplicáveis, com <b>pressão nominal (PN) mínima de 60 (6 kgf/cm² ou equivalente)</b>, adequado para condução de água sob pressão em sistemas enterrados ou superficiais.</p> <p>O material deverá apresentar <b>diâmetro nominal entre 25 mm e 50 mm, conforme projeto executivo de irrigação</b>, com espessura de parede compatível com a classe de pressão especificada, garantindo resistência mecânica e hidráulica adequada à operação contínua.</p> <p>Os tubos deverão ser fabricados em PVC de alta resistência, com <b>superfície interna lisa</b>, de modo a minimizar perdas de carga e incrustações, e superfície externa uniforme, isenta de fissuras, bolhas, deformações ou falhas de extrusão.</p> <p>Deverão atender às normas técnicas vigentes da ABNT aplicáveis a sistemas de condução de água sob pressão, sendo obrigatória a <b>identificação do fabricante, lote, diâmetro nominal e classe de pressão ao longo do corpo do tubo</b>.</p> <p>O material deverá ser fornecido em barras retas, com comprimento padronizado de fábrica, apresentando <b>extremidades íntegras e adequadas para união por solda adesiva, anel de vedação ou sistema equivalente</b>, conforme especificação do projeto.</p> <p>O produto deverá estar <b>livre de defeitos estruturais, contaminantes ou deformações que comprometam sua estanqueidade, resistência ou desempenho hidráulico</b>.</p> <p>O recebimento será condicionado à verificação da classe de pressão, diâmetro, integridade física e conformidade com as especificações mínimas estabelecidas neste Termo de Referência.</p>	metro	8000
22	<p>Mangueira de irrigação destinada ao uso em sistemas agrícolas e paisagísticos, fabricada em material termoplástico de alta resistência, com espessura de parede mínima de 1,5 mm. O produto deve possuir tratamento de proteção contra radiação ultravioleta (UV), garantindo maior durabilidade quando exposto diretamente ao sol e às intempéries, reduzindo o ressecamento, rachaduras e degradação precoce do material.</p> <p>A mangueira deverá apresentar elevada resistência mecânica à pressão interna de água e ao uso contínuo em campo, com flexibilidade adequada para facilitar a instalação em diferentes tipos de terreno e sistemas de irrigação. Deve ser compatível com conexões padrão do mercado, assegurando vedação eficiente e segurança operacional.</p> <p>Exige-se que o material seja atóxico e adequado para condução de água em sistemas de irrigação, preservando a integridade do fluxo hídrico e atendendo às normas técnicas aplicáveis ao segmento agrícola.</p>	metro	5000
23	<p>Gotejador regulável destinado a sistemas de irrigação localizada por gotejamento, com faixa de vazão ajustável entre 2 e 8 litros por hora, permitindo controle preciso da aplicação de água conforme a necessidade da</p>	unidade	15000

Item	Descrição e especificação técnica	Unidade	Quantidade
	<p>cultura e condições do solo.</p> <p>O equipamento deve possuir mecanismo de regulação manual da vazão, com possibilidade de ajuste progressivo e estável, garantindo uniformidade na distribuição de água mesmo em variações de pressão dentro da linha de irrigação. Deve ser fabricado em material plástico de alta resistência, com proteção contra raios ultravioleta (UV), assegurando durabilidade e desempenho em ambientes externos.</p> <p>Deve apresentar resistência a entupimentos, com passagem de água compatível com sistemas de filtragem agrícola, além de vedação eficiente para evitar vazamentos. O gotejador deve ser compatível com tubos de irrigação de uso comum no mercado, assegurando fácil instalação e manutenção.</p> <p>O produto deve garantir funcionamento confiável em baixa e média pressão, contribuindo para a eficiência hídrica e uniformidade da irrigação localizada.</p>		
24	<p>Aspersor destinado a sistemas de irrigação por aspersão, com alcance ajustável de raio entre 3 e 12 metros, permitindo adequada distribuição de água em áreas agrícolas, jardins e paisagismo, conforme a necessidade de cobertura do solo e tipo de cultivo.</p> <p>O equipamento deve proporcionar irrigação uniforme em toda a área de atuação, com desempenho estável mesmo sob variações de pressão na rede hidráulica. Deve permitir ajuste do setor de irrigação (quando aplicável) e/ou do alcance do jato, garantindo maior controle da lâmina aplicada e eficiência no uso da água.</p> <p>Deve ser fabricado em material de alta resistência mecânica e química, com proteção contra radiação ultravioleta (UV), assegurando durabilidade quando exposto a condições climáticas adversas e uso contínuo em campo.</p> <p>O aspersor deve apresentar funcionamento confiável em baixa e média pressão, com sistema de rotação ou difusão do jato que assegure cobertura homogênea, reduzindo áreas secas e excessos de aplicação. Deve ser compatível com conexões padrão de sistemas de irrigação, permitindo instalação simples e manutenção facilitada.</p>	unidade	300
25	Bomba Hidráulica / Material: Ferro Fundido Tipo Motor: Elétrico Monofásico Tensão Alimentação: 220 V Potência: 1/2 CV Modelo: Centrífuga, Monoestágio Aplicação: Sucção E Recalque	unidade	2
26	Controlador de Irrigação - Compatível Com Software Hydrowise Com Wi-Fi Aplicação: Controlador De Irrigação Consumo: 24vac/1a, Saída Para Solenóide De 24 Vca/0,56a W Tipo: Saída Dedicada Para Bomba Ou Válvula Mestre	conjunto	5
27	<p>Válvula hidráulica para controle setorial de sistemas de irrigação pressurizada, com acionamento manual e/ou eletromagnético.</p> <p>Deverá atender, no mínimo, às seguintes características:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Pressão de trabalho: <b>1,0 a 10 bar</b> (mínimo);</li> <li>Vazão compatível com sistemas de irrigação agrícola de baixa e média vazão;</li> <li>Acionamento por solenóide 24 VAC (quando automatizada);</li> <li>Tempo de abertura/fechamento <math>\leq 1</math> segundo (válvula diafragma padrão);</li> <li>Corpo em material termoplástico de engenharia (PVC, nylon reforçado ou poliacetal técnico);</li> <li>Diafragma em elastômero EPDM ou NBR resistente a fertilizantes e</li> </ul>	unidade	80



Item	Descrição e especificação técnica	Unidade	Quantidade
	cloração leve; <ul style="list-style-type: none"> <li>Rosca de entrada/saída padrão agrícola <b>1", 1½" ou 2" BSP/NPT</b>;</li> <li>Perda de carga reduzida (projeto hidráulico tipo passagem plena ou semi-plena).</li> </ul> Deve permitir operação contínua em ciclos de irrigação sem aquecimento ou falha do atuador, com vedação estanque classe hidráulica agrícola.		
28	Reservatório vertical ou horizontal para armazenamento de água em sistemas de irrigação, com capacidade variável conforme projeto hidráulico. Especificações mínimas: <ul style="list-style-type: none"> <li>Material: <b>Polietileno de alta densidade (PEAD) rotomoldado ou equivalente técnico – 15m³</b></li> <li>Proteção UV incorporada no material (não apenas superficial)</li> <li>Espessura mínima de parede: <b>≥ 4 mm (ou conforme capacidade estrutural equivalente comprovada)</b></li> <li>Temperatura de operação: <b>-10°C a +60°C</b></li> <li>Boca de inspeção com diâmetro mínimo de <b>≥ 400 mm</b></li> <li>Saída inferior com conexão rosqueada padrão agrícola (mínimo 1")</li> <li>Resistência estrutural para coluna d'água plena sem deformação permanente</li> </ul> Deve possuir: <ul style="list-style-type: none"> <li>Superfície interna lisa (Ra baixo) para evitar biofilme;</li> <li>Base estável ou compatível com berço estrutural nivelado;</li> <li>Tampa vedante com proteção contra insetos e contaminantes.</li> </ul>	unidade	3
29	Tubo Plástico Material: Polietileno Diâmetro: 100mm; Comprimento: 50 Metros Aplicação: Hidráulica Cor: Preta Características Adicionais: Corrugado, Perfurado e Flexível	unidade	5

**LOTE 3 – FERRAMENTAS, EQUIPAMENTOS E EPI**

Item	Descrição e especificação técnica	Unidade	Quantidade
30	Enxada com lâmina em aço carbono de alta resistência mecânica, com espessura mínima de <b>2,5 mm</b> , temperada ou tratada termicamente para maior durabilidade e resistência ao desgaste. <ul style="list-style-type: none"> <li>Material da lâmina: aço carbono SAE 1045 ou equivalente técnico</li> <li>Acabamento: pintura anticorrosiva ou tratamento envernizado/fosfatizado</li> <li>Fixação: sistema reforçado de encaixe para cabo (olho compatível padrão agrícola)</li> <li>Resistência: apta a uso contínuo em solo compactado e atividades de</li> </ul>	unidade	80

Item	Descrição e especificação técnica	Unidade	Quantidade
	capina pesada		
31	<p>Pá tipo corte com cabo longo de madeira ou material compósito, comprimento mínimo de <b>1,20 m</b>.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Lâmina: aço carbono temperado, espessura mínima <b>≥ 1,8 mm</b></li> <li>Cabo: madeira tratada, fibra de vidro ou polipropileno reforçado</li> <li>Empunhadura anatômica antiderrapante</li> <li>Fixação reforçada por rebite ou virola metálica</li> </ul>	unidade	60
32	<p>Tesoura de Poda / Material Lâmina: Aço Temperado Material Cabo: Alumínio Revestimento Cabo: Plastisol Peso: 260 G Tipo Embalagem: Não Aplicável Características Adicionais: Lâmina Intercambiável E Regulagem Lâmina</p>	unidade	50
33	<p>Roçadeira motorizada portátil com potência mínima de <b>1,5 HP</b>.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Motor: 2 tempos ou 4 tempos, combustão interna</li> <li>Cilindrada mínima compatível com potência declarada</li> <li>Rotação mínima operacional: <b>≥ 7.000 rpm</b></li> <li>Sistema de corte: lâmina metálica e/ou carretel de nylon intercambiável</li> <li>Empunhadura: tipo guidão ou alça dupla ergonômica</li> <li>Sistema antivibração obrigatório</li> <li>Tanque de combustível com capacidade mínima operacional contínua <b>≥ 0,5 L</b></li> </ul>	unidade	15
34	<p>Cortador de grama com largura mínima de corte de <b>40 cm</b>.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Tipo: elétrico ou combustão</li> <li>Largura de corte: <b>≥ 400 mm</b></li> <li>Regulagem de altura: mínimo 3 níveis ajustáveis</li> <li>Estrutura: aço ou polímero de alta resistência UV</li> <li>Coletor de grama com capacidade mínima proporcional ao porte do equipamento</li> <li>Rodas com rolamento ou buchas reforçadas</li> </ul>	unidade	10
35	<p>Carrinho de mão de uso pesado com estrutura reforçada.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Caçamba: aço carbono com espessura mínima <b>≥ 0,9 mm</b></li> <li>Capacidade volumétrica mínima: <b>≥ 50 L</b></li> <li>Estrutura: tubo de aço com tratamento anticorrosivo</li> <li>Roda: pneumática ou maciça reforçada, capacidade de carga compatível</li> </ul>	unidade	40

Item	Descrição e especificação técnica	Unidade	Quantidade
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Eixo reforçado para carga contínua</li> </ul>		
36	Pulverizador costal manual ou pressurizado com capacidade entre <b>10 e 20 litros</b> . <ul style="list-style-type: none"> <li>Reservatório: polietileno de alta densidade (PEAD) resistente a agroquímicos</li> <li>Pressão de trabalho: <math>\geq 3</math> bar</li> <li>Bomba: pistão ou diafragma</li> <li>Lança metálica ou fibra com bico regulável (cone/pulverização fina)</li> <li>Válvula de segurança e alívio de pressão</li> <li>Alças acolchoadas e ajustáveis</li> </ul>	unidade	30
37	Luvas de proteção individual com certificação vigente. <ul style="list-style-type: none"> <li>Certificação mínima: <b>NR-06 e CA válido (Certificado de Aprovação)</b></li> <li>Material: látex nitrílico, PVC ou couro sintético conforme risco</li> <li>Resistência mecânica: abrasão, corte e perfuração (níveis EN 388 ou equivalente)</li> <li>Ajuste anatômico com punho elástico ou reforçado</li> <li>Tamanho variado (P, M, G ou numeração padrão)</li> </ul>	par	150
38	Botas de segurança ocupacional com solado antiderrapante. <ul style="list-style-type: none"> <li>Certificação obrigatória: <b>CA válido + NR-06</b></li> <li>Biqueira: aço ou composite (resistência a impacto e compressão)</li> <li>Solado: borracha nitrílica ou PU antiderrapante (resistência a óleo e água)</li> <li>Cano médio ou longo conforme aplicação</li> <li>Impermeabilidade ou resistência à penetração de líquidos</li> </ul>	par	45
39	Conjunto de vestimenta para jardinagem com proteção solar. <ul style="list-style-type: none"> <li>Tecido: poliéster ou algodão tratado com proteção UV</li> <li>Fator de proteção solar mínimo: <b>UPF 30 ou superior</b></li> <li>Conjunto: camisa e calça com reforço em áreas de maior desgaste</li> <li>Alta respirabilidade e resistência ao rasgo</li> <li>Cor e modelagem padrão operacional (visibilidade e segurança)</li> <li>Acabamento com costura reforçada</li> </ul>	conjunto	12

**LOTE 4 – VEGETAÇÃO DE GRANDE PORTE E GRAMADOS**

Item	Descrição e especificação técnica	Unidade	Quantidade
40	<p>Mudas arbóreas classificadas como adultas para plantio, com desenvolvimento estrutural compatível com transplante em campo definitivo.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Altura mínima total: <b>≥ 3,0 m (medida do colo ao ápice da copa)</b></li> <li>Diâmetro à altura do peito (DAP): <b>≥ 5 cm medido a 1,30 m do solo</b></li> <li>Fuste (tronco livre): mínimo recomendado ≥ 1,5 m, quando aplicável à espécie</li> <li>Sistema radicular: mudas com torrão íntegro ou raiz contida em recipiente (saco/vaso) sem enovelamento severo</li> <li>Condição fitossanitária: livre de pragas, doenças e deformações estruturais</li> <li>Copa: formada, com arquitetura compatível com a espécie, sem poda drástica recente</li> </ul>	unidade	220
41	<p>Palmeiras em estágio adulto ou semi-adulto aptas ao transplante em paisagismo.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Altura mínima total: <b>≥ 2,5 m (do solo ao ápice da folha central)</b></li> <li>Estipe (tronco): íntegro, sem necroses ou danos estruturais</li> <li>Diâmetro do estipe: compatível com porte da espécie (mínimo funcional para sustentação)</li> <li>Folhagem: cor verde saudável, sem clorose acentuada ou pragas</li> <li>Sistema radicular: preservado com torrão protegido para transplante</li> <li>Estabilidade: planta com eixo vertical definido e sem inclinação significativa</li> </ul>	unidade	60
42	<p>Grama em placas (tapete de grama) destinada à implantação imediata de áreas verdes.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Dimensão das placas: <b>0,40 m x 0,60 m (± tolerância técnica de produção)</b></li> <li>Espessura mínima do substrato: <b>≥ 3 cm incluindo raízes e solo aderido</b></li> <li>Cobertura vegetal: <b>≥ 90% de densidade uniforme por placa</b></li> <li>Sistema radicular: enraizamento contínuo, permitindo manuseio sem desintegração</li> <li>Umidade: compatível com transporte e implantação, sem ressecamento excessivo</li> <li>Ausência de plantas invasoras e contaminação por espécies indesejadas</li> </ul>	m²	8000

Item	Descrição e especificação técnica	Unidade	Quantidade
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Corte: uniforme, com bordas regulares para encaixe entre placas</li> </ul>		

**LOTE 5 – PAVIMENTAÇÃO E INFRAESTRUTURA**

Item	Descrição e especificação técnica	Unidade	Quantidade
43	Piso intertravado – espessura 6–8 cm / resistência $\geq 35$ MPa Piso intertravado de concreto vibroprensado destinado a pavimentação de áreas de tráfego leve, moderado ou pesado, conforme projeto. Espessura das peças: 60 a 80 mm (6–8 cm) Resistência característica à compressão: $\geq 35$ MPa aos 28 dias (NBR 9781 ou equivalente) Absorção de água: $\leq 6\%$ (conforme norma técnica aplicável) Material: concreto de alta densidade com agregados selecionados Sistema de encaixe: intertravamento tipo “I”, “H”, “O” ou similar técnico Acabamento superficial: antiderrapante, com textura regular ou rugosa Variação dimensional controlada conforme norma de fabricação	m <sup>2</sup>	3500
44	Piso drenante – permeabilidade $\geq 50$ L/min/m <sup>2</sup> Piso drenante permeável destinado a áreas externas com controle de escoamento superficial. Taxa mínima de infiltração: $\geq 50$ litros/min/m <sup>2</sup> Estrutura: concreto poroso ou sistema modular drenante com vazios interligados Resistência mecânica: compatível com tráfego leve a moderado conforme projeto Função: redução de escoamento superficial e contribuição para drenagem urbana sustentável Base de assentamento: camada drenante compatível (brita graduada ou equivalente técnico) Manutenção: sistema com possibilidade de desobstrução superficial	m <sup>2</sup>	1200
45	Pedra portuguesa – espessura 2–4 cm Revestimento em pedra natural tipo portuguesa para pavimentação artística ou paisagística. Espessura das peças: 20 a 40 mm (2–4 cm) Material: rocha natural (calcário, basalto ou equivalente regional) Granulometria e seleção: peças irregulares ou semi-regulares para assentamento manual Aplicação: assentamento sobre base compactada com areia ou argamassa de regularização Resistência: adequada ao tráfego de pedestres e cargas leves conforme projeto Acabamento: natural, sem polimento industrial obrigatório	m <sup>2</sup>	600
46	Piso tátil direcional e de alerta Placas de piso tátil para acessibilidade, destinadas à orientação e sinalização de pessoas com deficiência visual. Tipos: direcional e alerta (conforme ABNT NBR 16537) Material: concreto, PVC, borracha ou polímero de alta resistência Dimensões e relevo: conforme norma técnica vigente Contraste visual: elevado contraste de luminância com piso adjacente Resistência ao desgaste: adequada a tráfego intenso de pedestres Fixação: colagem ou assentamento conforme sistema do fabricante	m <sup>2</sup>	450
47	Piso tátil direcional e de alerta Placas de piso tátil para acessibilidade, destinadas à orientação e sinalização de pessoas com deficiência visual. Tipos: direcional e alerta (conforme ABNT NBR 16537) Material: concreto, PVC, borracha ou polímero de alta resistência Dimensões e relevo: conforme norma técnica vigente Contraste visual: elevado contraste de luminância com piso adjacente Resistência ao desgaste: adequada a tráfego intenso de pedestres Fixação: colagem ou assentamento conforme sistema do fabricante	m <sup>2</sup>	150

**LOTE 6 – MOBILIÁRIO URBANO E PAISAGISMO ESTRUTURAL**

Item	Descrição e especificação técnica	Unidade	Quantidade
48	Lixeira Tubular Dupla - Confeccionada em madeira e suporte de ferro metalão. Madeira dura com durabilidade e resistência. Medidas do cesto: 55cm (altura) x 33cm (diâmetro); Medida total: 1,20cm (altura); Capacidade: 35 litros cada cesto.	unidade	45
49	Lixeira Tubular Única - Confeccionada em madeira e suporte de ferro metalão	unidade	60

Item	Descrição e especificação técnica	Unidade	Quantidade
	com pintura epóxi, arcos em ferro de 22mm, 1,20m (altura total). Medidas do cesto: 0,55cm (altura) x 0,33cm (diâmetro). Capacidade: 35 litros cada cesto.		
50	Lixeira 360 - Especificações Técnicas: Altura Total: 120 cm Altura do Cesto: 49 cm Largura Total: 38 cm Diâmetro do Cesto: 32 cm Volume: 40 Litros Peso: 4,2 Kg Material: Fabricada em chapa e tubo de aço de 1" Acabamento: Pintura eletrostática, garantindo maior durabilidade A pintura eletrostática aumenta a resistência do produto, tornando-o ideal para suportar condições adversas e mantendo a estética e funcionalidade por mais tempo.	unidade	40
51	Lixeira redonda de chumbar no chão - Pintura eletrostática resistente a sol e chuva Medidas: Altura do suporte: 1,20m Altura da lixeira: 49 cm Largura do cesto: 32 cm Largura Total: 38 cm.	unidade	35
52	Lixeira Modelo Polônia - Lixeira para áreas externas, praças, jardins e espaços urbanos, fabricada em estrutura metálica com acabamento resistente a intempéries e corrosão, adequada para uso externo. Dimensões aproximadas de 1,20 m de altura, 27 cm de largura e 40 cm de comprimento. Produto fornecido completo, com suportes e acessórios necessários para instalação, apresentando resistência mecânica, durabilidade e baixo custo de manutenção.	unidade	25
53	Lixeira Metálica com Suporte - Lixeira para áreas internas e externas, fabricada em chapa de aço carbono frio espessura mínima de 0,90 mm, com pintura eletrostática preta lisa brilhante, resistente à corrosão e intempéries. Estrutura de sustentação em tubo redondo de aço carbono com diâmetro mínimo de 1" e espessura mínima de 1,50 mm. Cesto com diâmetro aproximado de 32 cm, altura aproximada de 47 cm e capacidade mínima de 40 litros. Altura total aproximada de 1,13 m em relação ao piso. Sistema basculante com giro para esvaziamento do cesto. Produto fornecido completo, com suportes e acessórios necessários para instalação, adequado para uso urbano e áreas públicas.	unidade	30
54	Bicicletário – capacidade mínima $\geq 5$ bicicletas Bicicletário destinado ao estacionamento seguro de bicicletas em áreas públicas, institucionais ou privadas, com estrutura fixa ou semi-fixa, projetada para garantir organização, estabilidade e proteção contra tombamento e danos. Especificações técnicas mínimas Capacidade mínima: suporte simultâneo para $\geq 5$ bicicletas Estrutura: aço carbono, aço galvanizado a fogo ou aço inoxidável, com resistência estrutural adequada ao uso público Proteção anticorrosiva: galvanização a fogo (camada mínima compatível com ambiente externo) e/ou pintura eletrostática poliéster com tratamento anticorrosivo prévio Dimensões e configuração Espaçamento entre vagas: mínimo funcional de $\geq 60$ cm por bicicleta (ou conforme geometria do modelo) Altura e geometria compatíveis com diferentes tipos de bicicletas (urbana, mountain bike e similares) Sistema de apoio: tipo "U invertido", arco, grade ou suporte individual com travamento de quadro e roda Fixação e estabilidade Fixação obrigatória ao solo por chumbadores, parafusos de expansão ou base embutida em concreto Resistência a esforços de arrancamento e vandalismo compatível com uso público Estabilidade estrutural para suportar bicicletas carregadas sem deformação Desempenho e segurança Permitir travamento simultâneo de quadro e roda com cadeado convencional Bordas arredondadas ou acabamento sem rebarbas para segurança do usuário Resistência a intempéries (chuva, UV e variações térmicas) sem degradação funcional Acabamento Superfície lisa ou levemente texturizada, sem pontos cortantes Pintura ou galvanização uniforme, sem falhas ou pontos de corrosão expostos.	unidade	18
55	Jardineira de concreto - Elemento pré-moldado ou moldado in loco em concreto estrutural, destinado ao plantio de espécies ornamentais em áreas externas, como praças, calçadas, parques e ambientes institucionais, com função paisagística e de contenção leve de solo/substrato. Especificações técnicas	unidade	35

Item	Descrição e especificação técnica	Unidade	Quantidade
	mínimas Material: concreto estrutural armado ou pré-moldado Resistência característica à compressão: $\geq 25$ MPa aos 28 dias (conforme ABNT NBR 6118 e NBR 12655 ou equivalentes) Armadura interna: aço CA-50 ou equivalente técnico, dimensionado para evitar fissuração estrutural em uso externo Espessura mínima das paredes: compatível com peça estrutural externa, recomendável $\geq 4$ cm (ou conforme cálculo estrutural equivalente) Dimensões e capacidade Dimensões variáveis conforme projeto, com definição de volume útil para substrato Profundidade mínima funcional para plantio: adequada ao desenvolvimento radicular das espécies ornamentais previstas Base estável para apoio em solo regularizado ou pavimento rígido Desempenho e durabilidade Resistência a intempéries (chuva, radiação UV e variações térmicas) sem degradação precoce Baixa absorção superficial, reduzindo infiltração excessiva e manchas Resistência a impactos leves e uso urbano contínuo Estabilidade estrutural mesmo quando totalmente preenchida com solo úmido Acabamento Superfície interna e externa lisa ou levemente texturizada técnica Sem gravações, relevos decorativos ou elementos ornamentais obrigatórios Bordas chanfradas ou arredondadas para segurança e durabilidade Possibilidade de pintura mineral ou acabamento natural do concreto aparente Drenagem Obrigatória a presença de furos de drenagem ou sistema equivalente na base Compatível com camada drenante (brita ou geotêxtil) para evitar encharcamento do substrato		
56	Jardineira metálica com pintura eletrostática Jardineira destinada ao uso externo em paisagismo urbano e institucional, fabricada em estrutura metálica com tratamento anticorrosivo e acabamento em pintura eletrostática, indicada para plantio de espécies ornamentais em áreas internas e externas. Especificações técnicas mínimas Material da estrutura: aço carbono ou aço galvanizado Espessura mínima da chapa: compatível com uso estrutural externo, recomendável $\geq 1,2$ mm (ou equivalente técnico que assegure rigidez e estabilidade) Proteção anticorrosiva: tratamento prévio com fosfatização ou galvanização (quando aplicável) Acabamento Pintura: eletrostática a pó (poliéster ou epóxi-poliéster) Espessura mínima da camada de pintura: adequada para uso externo (tipicamente $\geq 60$ micras, conforme processo industrial) Resistência UV: alta resistência à radiação solar, sem desbotamento precoce Resistência à corrosão: adequada para ambientes externos urbanos Estrutura e funcionalidade Estrutura rígida com estabilidade para uso em piso nivelado Bordas dobradas ou reforçadas para evitar deformações e cortes Fundo com sistema de drenagem (furos ou grelha) para escoamento de água excedente Compatível com uso contínuo em áreas abertas com exposição a chuva e variações climáticas Desempenho Resistência mecânica a impactos leves e uso urbano contínuo Estabilidade dimensional sem empenamento sob carga de substrato úmido Baixa necessidade de manutenção preventiva além de limpeza periódica Segurança e acabamento final Superfícies sem rebarbas, pontas ou arestas cortantes Acabamento uniforme, sem falhas de pintura, bolhas ou áreas expostas Compatível com integração paisagística modular (quando aplicável)	unidade	40
57	Pergolado de madeira Estrutura arquitetônica paisagística em madeira destinada à sombreamento parcial, apoio a vegetação trepadeira e composição de áreas externas em praças, parques, jardins e espaços institucionais. Especificações técnicas mínimas Material: madeira maciça de alta densidade e resistência mecânica (ex.: eucalipto tratado, cumaru, itaúba ou equivalente técnico) Tratamento da madeira: obrigatoriamente preservada contra fungos, cupins e xilófagos por processo industrial (autoclave sob pressão ou tratamento equivalente normatizado) Umidade da madeira: estabilizada para uso externo, recomendável $\leq 20\%$ Estrutura Pilares verticais: seção mínima compatível com	m <sup>2</sup>	110

Item	Descrição e especificação técnica	Unidade	Quantidade
	vãos estruturais do projeto (ex.: $\geq 10 \times 10$ cm ou equivalente estrutural) Vigas e travessas superiores: madeira maciça dimensionada conforme vão livre e carga de vento Fixação: conexões metálicas galvanizadas, inox ou zincadas a fogo, com parafusos estruturais de alta resistência Ancoragem: fixação obrigatória em base de concreto ou sistema de chumbamento estrutural Desempenho estrutural Resistência a cargas permanentes e ações ambientais (vento e intempéries) conforme dimensionamento estrutural Estabilidade contra empenamento, fissuração e torção Adequado para uso externo contínuo sem perda de integridade estrutural Acabamento Lixamento completo das superfícies para remoção de farpas Aplicação de stain, verniz marítimo ou selador com proteção UV e hidrorrepelente Acabamento uniforme, sem rebarbas ou irregularidades Durabilidade Resistência a exposição solar, chuva e variações climáticas Proteção biológica ativa contra ataque de insetos e fungos Baixa manutenção preventiva ao longo da vida útil Funcionalidade Compatível com apoio de vegetação trepadeira (quando previsto em projeto paisagístico) Estrutura modular ou contínua conforme necessidade arquitetônica Integração paisagística com áreas de convivência e circulação		
58	Pergolado metálico anticorrosivo Estrutura arquitetônica paisagística em metal destinada à criação de áreas sombreadas parciais, suporte para vegetação trepadeira e composição de espaços externos em praças, parques e áreas institucionais, com elevada resistência estrutural e proteção anticorrosiva para uso permanente em ambiente externo. Especificações técnicas mínimas Material estrutural: aço carbono estrutural (ex.: ASTM A36 ou equivalente técnico) ou aço galvanizado Proteção anticorrosiva obrigatória: galvanização a fogo (imersão a quente) com espessura mínima de camada compatível com ambiente externo agressivo ou sistema duplex (galvanização + pintura eletrostática) Espessura mínima dos perfis metálicos: compatível com cálculo estrutural, recomendando-se: colunas/pilares: perfis metálicos com espessura mínima $\geq 2,0$ mm (ou superior conforme vão) vigas principais: dimensionamento estrutural conforme carga de vento e uso paisagístico Estrutura Pilares verticais: perfis metálicos tubulares ou estruturais (ex.: seção quadrada ou retangular) Vigas e travessas superiores: perfis metálicos soldados ou parafusados, com rigidez compatível ao vão livre Sistema de fixação: chumbadores mecânicos ou químicos em base de concreto armado Desempenho estrutural Dimensionamento para suportar: cargas permanentes da estrutura ações de vento conforme normas estruturais aplicáveis Estabilidade contra flambagem, torção e deformações sob uso contínuo Adequado para instalação externa permanente sem perda de integridade estrutural Acabamento Superfície livre de rebarbas, escórias de solda ou irregularidades cortantes Pintura eletrostática a pó (quando aplicável) com espessura mínima $\geq 60$ micras Uniformidade de acabamento sem falhas, bolhas ou pontos expostos Resistência à radiação UV e intempéries Durabilidade e proteção Resistência à corrosão em ambientes externos urbanos Proteção contra chuva, umidade e variações térmicas Baixa necessidade de manutenção corretiva Vida útil prolongada com proteção anticorrosiva contínua Funcionalidade paisagística Compatível com suporte de vegetação trepadeira (quando previsto em projeto) Estrutura modular ou contínua conforme layout arquitetônico Integração com mobiliário urbano e paisagismo do entorno	m <sup>2</sup>	75
59	Placa de sinalização ambiental - Placa destinada à sinalização, orientação e comunicação de informações ambientais em áreas públicas, unidades de conservação, parques, trilhas ecológicas e espaços institucionais, com objetivo educativo, informativo e de orientação ao usuário. Especificações técnicas mínimas Material da placa: alumínio composto (ACM), alumínio anodizado, aço	unidade	90



Item	Descrição e especificação técnica	Unidade	Quantidade
	galvanizado ou polímero de alta resistência Espessura mínima do material: compatível com uso externo permanente, recomendável $\geq 2,0$ mm (metal) ou equivalente estrutural em polímero rígido Resistência mecânica: adequada a impactos leves e vandalismo moderado em áreas públicas Impressão e comunicação visual Tipo de impressão: digital UV direta, serigrafia industrial ou adesivo de alta performance laminado Resistência à intempérie: proteção contra chuva, radiação UV e variações térmicas sem desbotamento precoce Legibilidade: alto contraste entre fundo e texto, com leitura a distância compatível com o uso em campo Elementos gráficos: pictogramas padronizados e símbolos ambientais reconhecíveis Acabamento Superfície lisa ou semi-texturizada, sem rebarbas ou bordas cortantes Cantos arredondados ou chanfrados para segurança do usuário Proteção superficial com verniz UV ou laminação antiabrasiva Estrutura de fixação Suporte metálico galvanizado ou madeira tratada para uso externo Fixação por chumbamento em concreto ou base metálica parafusada Altura de instalação conforme norma de acessibilidade e visibilidade em campo Durabilidade Resistência mínima a exposição contínua ao sol, chuva e umidade Vida útil prolongada sem perda de legibilidade Proteção contra corrosão, oxidação e degradação de material gráfico Funcionalidade Comunicação ambiental, educativa ou interpretativa Compatível com padronização de sinalização de trilhas e áreas verdes Possibilidade de atualização de conteúdo mediante substituição de face ou placa		
60	Placa de identificação botânica Placa destinada à identificação de espécies vegetais em áreas públicas, jardins botânicos, parques, projetos paisagísticos e unidades de conservação, com finalidade informativa, científica e educativa. Especificações técnicas mínimas Material da placa: alumínio anodizado, aço inoxidável, alumínio composto (ACM) ou polímero técnico de alta resistência Espessura mínima: metais: $\geq 1,0$ mm a 2,0 mm conforme material polímeros rígidos: espessura compatível com rigidez estrutural equivalente Resistência: adequada a instalação permanente em ambiente externo, com exposição contínua a sol, chuva e variações climáticas Informações obrigatórias Nome científico da espécie (nomenclatura binomial) Nome popular (quando aplicável) Família botânica Origem (nativa/exótica, quando aplicável) QR Code opcional para acesso a informações complementares Impressão e durabilidade Impressão: UV direta, gravação a laser ou serigrafia industrial de alta resistência Proteção contra intempéries: camada UV ou anodização para evitar desbotamento Durabilidade mínima compatível com uso externo prolongado sem perda de legibilidade Acabamento Superfície lisa, sem rebarbas ou arestas cortantes Cantos arredondados ou chanfrados para segurança Alta legibilidade com contraste adequado entre fundo e texto Tipografia padronizada e resistente à leitura a distância curta Fixação Suporte em estaca metálica galvanizada, aço inox ou madeira tratada Fixação por parafusos antivandalismo ou encaixe rígido Instalação ao lado ou junto ao indivíduo vegetal identificado Altura de leitura compatível com observação em pé (aprox. 30 a 120 cm do solo, conforme projeto paisagístico) Desempenho e durabilidade Resistência a UV sem degradação significativa da impressão Resistência à umidade e corrosão (quando metálica) Estabilidade mecânica em ambientes externos e áreas de visitação pública Baixa manutenção, com limpeza simples por métodos não abrasivos Funcionalidade Identificação clara e permanente da espécie vegetal Apoio a projetos educativos e de educação ambiental Compatível com padronização de sinalização botânica em áreas verdes	unidade	120

## LOTE 7 – DRENAGEM E CONTENÇÃO

Item	Descrição e especificação técnica	Unidade	Quantidade
61	Tubo PEAD – diâmetro 100 a 400 mm Tubos para sistemas de drenagem e condução de águas pluviais em PEAD (polietileno de alta densidade), estruturados para aplicação subterrânea. Diâmetro nominal: 100 mm a 400 mm Material: PEAD (polietileno de alta densidade) corrugado ou liso estrutural Rigidez anular mínima: SN4 ou superior ( $\geq 4 \text{ kN/m}^2$ ) Resistência à compressão: adequada para enterramento com recobrimento conforme projeto Sistema de união: encaixe com junta elástica ou termofusão (quando aplicável) Resistência química: a solos agressivos e águas pluviais contaminadas	metro	4000
62	Geotêxtil não tecido – $\geq 150 \text{ g/m}^2$ Geotêxtil para filtração, separação e proteção em sistemas de drenagem e contenção. Gramatura mínima: $\geq 150 \text{ g/m}^2$ Material: fibras sintéticas (polipropileno ou poliéster) agulhadas Função: filtragem de partículas, separação de camadas e proteção de drenos Permeabilidade: compatível com drenagem contínua sem colmatagem Resistência à tração: compatível com aplicação em obras enterradas Resistência UV: quando exposto temporariamente em instalação	m <sup>2</sup>	6000
63	Manta anti-erosão – resistência UV $\geq 5$ anos Manta vegetal ou sintética destinada ao controle de erosão superficial de taludes e áreas inclinadas. Durabilidade mínima em exposição UV: $\geq 5$ anos Material: fibras naturais (coco/juta) ou sintéticas (polipropileno/poliéster) Função: estabilização superficial do solo e retenção de partículas Resistência à tração: compatível com instalação em declividades moderadas a altas Fixação: por estacas ou grampos metálicos galvanizados	m <sup>2</sup>	2500
64	<b>Estaca viva para contenção de solo</b> Elemento vegetal utilizado para estabilização de taludes e margens por bioengenharia. <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Espécies:</b> vegetação arbustiva ou arbórea de alta capacidade de enraizamento (definida em projeto)</li> <li>• <b>Diâmetro mínimo do ramo:</b> conforme espécie, com padrão de estaca lenhosa viável</li> <li>• <b>Comprimento mínimo:</b> compatível com enterramento e exposição aérea para brotação</li> <li>• <b>Função:</b> contenção biológica por enraizamento progressivo</li> <li>• <b>Taxa de pega esperada:</b> compatível com condições locais de solo e umidade</li> </ul>	unidade	1500

**LOTE 8 – ELEMENTOS DECORATIVOS E SISTEMAS ESPECIAIS**

Item	Descrição e especificação técnica	Unidade	Quantidade
65	Rocha ornamental – massa $\geq 20 \text{ kg}$ Rocha natural destinada a composição paisagística e estrutural em jardins, praças e áreas externas. Massa mínima unitária: $\geq 20 \text{ kg}$ por peça Material: rocha natural (basalto, granito, gnaiss ou equivalente técnico regional) Resistência mecânica: compatível com uso externo e apoio sobre solo/pavimentação Acabamento: natural, sem polimento obrigatório, podendo apresentar face bruta ou semiacabada Durabilidade: resistente a intempéries, variações térmicas e umidade sem degradação estrutural Integridade: peças isentas de fraturas estruturais que comprometam estabilidade	kg	1200
66	<b>Fonte ornamental – vazão <math>\geq 1.000 \text{ L/h}</math></b> Sistema hidráulico para circulação e recirculação de água em elemento	unidade	3

Item	Descrição e especificação técnica	Unidade	Quantidade
	<p>ornamental.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li><b>Vazão mínima da bomba:</b> <math>\geq 1.000</math> litros/hora</li> <li><b>Sistema hidráulico:</b> circuito fechado com recirculação contínua</li> <li><b>Altura de recalque:</b> compatível com projeto (mínimo funcional proporcional à vazão)</li> <li><b>Material estrutural:</b> concreto, fibra de vidro, resina, pedra artificial ou metálico anticorrosivo</li> <li><b>Sistema de filtragem:</b> recomendado ou integrado para proteção da bomba</li> <li><b>Operação:</b> contínua ou programável</li> </ul>		
67	<p><b>Bomba submersível – 0,25 a 1,0 CV</b>  Bomba elétrica submersível para circulação de água em fontes, drenagem leve ou irrigação auxiliar.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li><b>Potência nominal:</b> entre <b>0,25 CV e 1,0 CV</b></li> <li><b>Alimentação:</b> 127 V ou 220 V (mono/bivolt conforme modelo)</li> <li><b>Vazão:</b> compatível com faixa de potência (mínimo operacional conforme fabricante)</li> <li><b>Altura manométrica:</b> adequada ao projeto hidráulico (mínimo funcional definido em sistema)</li> <li><b>Proteção elétrica:</b> grau de proteção mínimo <b>IP68</b></li> <li><b>Material:</b> corpo em termoplástico técnico ou aço inoxidável</li> <li><b>Funcionamento:</b> contínuo submerso</li> </ul>	unidade	10
68	<p>Lixeira seletiva – 4 divisões Conjunto de coleta seletiva com compartimentação para segregação de resíduos. Número de compartimentos: 4 divisões independentes Capacidade total: compatível com uso externo (ex.: 160–400 L total, conforme projeto) Material: PEAD, aço galvanizado ou inox com proteção anticorrosiva Identificação: cores padronizadas para reciclagem (papel, plástico, metal, orgânico) Tampa: individual ou integrada, com proteção contra chuva e vetores Estrutura: resistente a vandalismo e uso público intensivo</p>	unidade	20
69	<p>Contentor orgânico 240 Litros - Recipiente para armazenamento temporário de resíduos orgânicos. Capacidade nominal: de 240 litros; Material: polietileno de alta densidade (PEAD) com aditivo UV Rodízios: mínimo 2 rodas com eixo reforçado Tampa: articulada com vedação contra odores e vetores Resistência mecânica: para uso urbano contínuo Norma de compatibilidade: padrão de coleta urbana mecanizada/manual</p>	unidade	80
70	<p>Composteira – 200 L Sistema de compostagem para resíduos orgânicos domésticos ou paisagísticos. Capacidade mínima: 200 litros Material: PEAD, PP ou madeira tratada resistente à umidade Ventilação: sistema de aeração passiva ou ativa Drenagem de chorume: sistema inferior de coleta ou escoamento Estrutura modular: possibilitando abertura para manejo do composto Resistência UV: obrigatória para uso externo</p>	unidade	15

**LOTE 9 – POSTES E BANCOS DIVERSOS**

<b>Item</b>	<b>Descrição e especificação técnica</b>	<b>Unidade</b>	<b>Quantidade</b>
71	Poste Paris com 03 Globos Poste decorativo para iluminação de áreas públicas, praças, jardins e vias urbanas, fabricado em aço carbono galvanizado a fogo, com pintura eletrostática resistente a intempéries. Altura total mínima de 3,00 m e máxima de 4,00 m, composto por coluna ornamental tipo Paris com 03 braços curvos para fixação de globos. Globos com diâmetro entre 300 mm e 500 mm, fabricados em policarbonato, acrílico ou vidro leitoso, resistentes à radiação UV e próprios para utilização com luminárias LED. Base flangeada para fixação em concreto por meio de chumbadores. Fornecido completo, incluindo braços, globos, suportes e acessórios necessários para instalação. Produto adequado para uso externo, com resistência à corrosão e acabamento uniforme, conforme normas técnicas aplicáveis da ABNT e NR-10.	unidade	18
72	Poste Paris com 05 Globos Poste decorativo para iluminação de áreas públicas, praças, jardins e vias urbanas, fabricado em aço carbono galvanizado a fogo, com pintura eletrostática resistente a intempéries. Altura total mínima de 3,00 m e máxima de 5,00 m, composto por coluna ornamental tipo Paris com 05 braços curvos para fixação de globos. Globos com diâmetro entre 300 mm e 500 mm, fabricados em policarbonato, acrílico ou vidro leitoso, resistentes à radiação UV e próprios para utilização com luminárias LED. Base flangeada para fixação em concreto por meio de chumbadores. Fornecido completo, incluindo braços, globos, suportes e acessórios necessários para instalação. Produto adequado para uso externo, com resistência à corrosão e acabamento uniforme, conforme normas técnicas aplicáveis da ABNT e NR-10.	unidade	10
73	Poste Vitória com 02 Globos Poste decorativo para iluminação de áreas públicas, praças, jardins e vias urbanas, fabricado em aço carbono galvanizado a fogo, com pintura eletrostática resistente a intempéries. Altura total mínima de 3,00 m e máxima de 4,50 m, composto por coluna ornamental tipo Vitória com 02 braços para fixação de globos. Globos com diâmetro entre 300 mm e 500 mm, fabricados em policarbonato, acrílico ou vidro leitoso, resistentes à radiação UV e compatíveis com luminárias LED. Base flangeada para fixação em concreto por meio de chumbadores. Fornecido completo, incluindo suportes e acessórios necessários para instalação.	unidade	12
74	Poste Vitória com 03 Globos Poste decorativo para iluminação de áreas públicas, praças, jardins e vias urbanas, fabricado em aço carbono galvanizado a fogo, com pintura eletrostática resistente a intempéries. Altura total mínima de 3,00 m e máxima de 5,00 m, composto por coluna ornamental tipo Vitória com 03 braços para fixação de globos. Globos com diâmetro entre 300 mm e 500 mm, fabricados em policarbonato, acrílico ou vidro leitoso, resistentes à radiação UV e compatíveis com luminárias LED. Base flangeada para fixação em concreto por meio de chumbadores. Fornecido completo, incluindo suportes e acessórios necessários para instalação.	unidade	10
75	Poste Ipanema Poste decorativo para iluminação de áreas públicas, praças, jardins e vias urbanas, fabricado em aço carbono galvanizado a fogo, com pintura eletrostática resistente a intempéries. Altura total mínima de 3,00 m e máxima de 5,00 m, composto por coluna ornamental modelo Ipanema, compatível com instalação de luminária decorativa LED. Base flangeada para fixação em concreto por meio de chumbadores. Fornecido completo, incluindo suportes e acessórios necessários para instalação.	unidade	8
76	Poste Americano com 01 Globo	unidade	14

Item	Descrição e especificação técnica	Unidade	Quantidade
	Poste decorativo para iluminação de áreas públicas, praças, jardins e vias urbanas, fabricado em aço carbono galvanizado a fogo, com pintura eletrostática resistente a intempéries. Altura total mínima de 2,50 m e máxima de 4,00 m, composto por coluna ornamental modelo Americano com suporte superior para 01 globo. Globo com diâmetro entre 300 mm e 500 mm, fabricado em policarbonato, acrílico ou vidro leitoso, resistente à radiação UV e compatível com luminária LED. Base flangeada para fixação em concreto por meio de chumbadores. Fornecido completo, incluindo acessórios necessários para instalação.		
77	Poste Americano com 02 Globos Poste decorativo para iluminação de áreas públicas, praças, jardins e vias urbanas, fabricado em aço carbono galvanizado a fogo, com pintura eletrostática resistente a intempéries. Altura total mínima de 3,00 m e máxima de 4,50 m, composto por coluna ornamental modelo Americano com 02 braços para fixação de globos. Globos com diâmetro entre 300 mm e 500 mm, fabricados em policarbonato, acrílico ou vidro leitoso, resistentes à radiação UV e compatíveis com luminárias LED. Base flangeada para fixação em concreto por meio de chumbadores. Fornecido completo, incluindo acessórios necessários para instalação.	unidade	10
78	Poste Milano com 01 Luminária Italiana Grande Poste decorativo para iluminação de áreas públicas, praças, jardins e vias urbanas, fabricado em aço carbono galvanizado a fogo, com pintura eletrostática resistente a intempéries. Altura total mínima de 3,00 m e máxima de 5,00 m, composto por coluna ornamental modelo Milano com suporte para 01 luminária estilo italiana grande, compatível com tecnologia LED. Base flangeada para fixação em concreto por meio de chumbadores. Fornecido completo, incluindo luminária, suportes e acessórios necessários para instalação.	unidade	6
79	Poste Floripa Poste decorativo para iluminação de áreas públicas, praças, jardins e vias urbanas, fabricado em aço carbono galvanizado a fogo, com pintura eletrostática resistente a intempéries. Altura total mínima de 3,00 m e máxima de 5,00 m, composto por coluna ornamental modelo Floripa, compatível com luminária decorativa LED. Base flangeada para fixação em concreto por meio de chumbadores. Fornecido completo, incluindo suportes e acessórios necessários para instalação.	unidade	10
80	Poste Berlim Poste decorativo para iluminação de áreas públicas, praças, jardins e vias urbanas, fabricado em aço carbono galvanizado a fogo, com pintura eletrostática resistente a intempéries. Altura total mínima de 3,00 m e máxima de 5,00 m, composto por coluna ornamental modelo Berlim, compatível com luminária decorativa LED. Base flangeada para fixação em concreto por meio de chumbadores. Fornecido completo, incluindo suportes e acessórios necessários para instalação.	unidade	10
81	Poste Berlim II Poste decorativo para iluminação de áreas públicas, praças, jardins e vias urbanas, fabricado em aço carbono galvanizado a fogo, com pintura eletrostática resistente a intempéries. Altura total mínima de 3,00 m e máxima de 5,00 m, composto por coluna ornamental modelo Berlim II, compatível com luminária decorativa LED. Base flangeada para fixação em concreto por meio de chumbadores. Fornecido completo, incluindo suportes e acessórios necessários para instalação.	unidade	8
82	Poste Los Angeles	unidade	6

Item	Descrição e especificação técnica	Unidade	Quantidade
	Poste decorativo para iluminação de áreas públicas, praças, jardins e vias urbanas, fabricado em aço carbono galvanizado a fogo, com pintura eletrostática resistente a intempéries. Altura total mínima de 3,00 m e máxima de 5,00 m, composto por coluna ornamental modelo Los Angeles, compatível com luminária decorativa LED. Base flangeada para fixação em concreto por meio de chumbadores. Fornecido completo, incluindo suportes e acessórios necessários para instalação.		
83	Poste decorativo para iluminação de áreas públicas, praças, jardins e vias urbanas, fabricado em aço carbono galvanizado a fogo, com pintura eletrostática resistente a intempéries. Altura total mínima de 3,00 m e máxima de 5,00 m, composto por coluna ornamental modelo Petrópolis, compatível com luminária decorativa LED. Base flangeada para fixação em concreto por meio de chumbadores. Fornecido completo, incluindo suportes e acessórios necessários para instalação.	unidade	8
84	Banco com Assento em Réguas de Madeira e Pé Modelo Arco Íris - Banco para áreas públicas, praças, jardins e espaços urbanos, composto por assento em réguas de madeira de lei, madeira plástica ou eucalipto tratado, com acabamento liso e resistente à umidade e intempéries. Estrutura lateral tipo pé de banco modelo Arco Íris, fabricada em ferro fundido, aço carbono ou concreto armado, com pintura resistente para uso externo. Comprimento mínimo de 1,50 m e largura mínima de 0,40 m. Fornecido completo, com parafusos, suportes e acessórios necessários para instalação.	unidade	40
85	Banco com Assento em Réguas de Madeira e Pé Modelo Tamanduá - Banco para áreas públicas, praças, jardins e espaços urbanos, composto por assento em réguas de madeira de lei, madeira plástica ou eucalipto tratado, com acabamento liso e resistente à umidade e intempéries. Estrutura lateral tipo pé de banco modelo Tamanduá, fabricada em ferro fundido, aço carbono ou concreto armado, com pintura resistente para uso externo. Comprimento mínimo de 1,50 m e largura mínima de 0,40 m. Fornecido completo, com parafusos, suportes e acessórios necessários para instalação.	unidade	35
86	Banco com Assento em Réguas de Madeira e Pé Modelo Cavalo - Banco para áreas públicas, praças, jardins e espaços urbanos, composto por assento em réguas de madeira de lei, madeira plástica ou eucalipto tratado, com acabamento liso e resistente à umidade e intempéries. Estrutura lateral tipo pé de banco modelo Cavalo, fabricada em ferro fundido, aço carbono ou concreto armado, com pintura resistente para uso externo. Comprimento mínimo de 1,50 m e largura mínima de 0,40 m. Fornecido completo, com parafusos, suportes e acessórios necessários para instalação.	unidade	35
87	Banco Toronto de Alumínio Ripado - Banco para áreas públicas, praças, jardins e espaços urbanos, fabricado em alumínio fundido de alta resistência, com assento e encosto em perfil ripado. Estrutura resistente à corrosão e intempéries, adequado para uso externo. Dimensões aproximadas de 1,54 m de largura, 46 cm de profundidade e 78 cm de altura total, com altura do assento aproximada de 39 cm. Produto fornecido completo, com fixações e acessórios necessários para instalação, garantindo durabilidade e baixa manutenção.	unidade	50

1.2. O descritivo do item DEVERÁ respeitar os constantes na tabela aposta acima, sendo que a relação de itens do sistema de Compras Governamentais (Comprasnet) será apenas para fins de sequencial numérico, lembrando que o edital e seus anexos são soberanos.

- 1.3. O bem objeto desta contratação é caracterizado como comum, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.4. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.
- 1.5. O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses**, contados da assinatura do termo de contrato ou equivalente, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.6. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.
- 1.7. Conforme tópico pormenorizado no ETP, o critério de aceitabilidade será o de menor preço.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO**

- 3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

### **Sustentabilidade:**

- 4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

- 4.1.1. Assegurar padrões de produção e consumo sustentáveis

### **Indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021):**

- 4.2. Na presente contratação não houve a indicação de marca ou modelo.

### **Da vedação de contratação de marca ou produto**

- 4.3. Diante das conclusões não haverá vedação de marca ou modelo.

### **Da exigência de amostra**

- 4.4. Não haverá exigência de amostra para a contratação referida em tela.

### **Da exigência de carta de solidariedade**

- 4.5. Não haverá exigência de carta de solidariedade.

### **Subcontratação**

- 4.6. Não é admitida a subcontratação do objeto

### **Garantia da contratação**

- 4.7. Não haverá exigência da garantia da contratação do artigo 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

4.8. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

## **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **Condições de Entrega**

5.1. O prazo de entrega dos itens será de 15 (quinze) dias úteis, a contar do recebimento da ordem formal de fornecimento.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no Pátio da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, localizado à Marginal Iolanda Teixeira, s/nº - Perdões/MG, sendo possível a alteração mediante necessidade da Administração, por acordo bilateral.

5.4. As entregas deverão ser feitas em dias úteis, das 07h às 17h, com prévia comunicação e agendamento com o setor responsável.

5.5. Os produtos entregues deverão estar dentro do prazo de validade, acompanhados da respectiva nota fiscal.

### **Garantia, manutenção e assistência técnica**

5.6. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6. Fiscalização

6.7. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).



**Fiscalização Técnica**

6.8. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.8.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.8.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.8.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

6.8.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

6.8.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

**Fiscalização Administrativa**

6.9. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.9.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

**Gestor do Contrato**

6.10. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.11. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.12. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.13. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao

seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.14. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.15. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.16. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## 7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

### Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 30 (trinta) dias úteis.

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

**Liquidação**

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 7.10.1. o prazo de validade;
- 7.10.2. a data da emissão;
- 7.10.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 7.10.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 7.10.5. o valor a pagar; e
- 7.10.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

**Prazo de pagamento**

7.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice INPC de correção monetária.

**Forma de pagamento**

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

**Antecipação de pagamento**

7.24. A presente contratação NÃO permite a antecipação de pagamento parcial/total, conforme as regras previstas no presente tópico.

**Cessão de crédito**

7.25. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.25.1. As cessões de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020 dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.26. A eficácia da cessão de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.27. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.28. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao

pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos)

7.29. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

## 8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

### Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**.

8.2. Forma de fornecimento:

8.2.1. O fornecimento do objeto será parcelado.

### Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

#### Habilitação jurídica

8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.12. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

8.13. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

8.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

8.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.20. Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

### **Qualificação Econômico-Financeira**

8.23. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II;

### **Qualificação Técnica**

8.24. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.24.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.24.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.24.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual;

8.24.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

8.24.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

8.24.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

## **9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

9.1. O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso e será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas.

9.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

9.3. Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 25 do Decreto nº 11.462/2023):

9.3.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.3.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

9.3.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

9.3.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## **10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município de Perdões/MG.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

**Gestão / Unidade:** 02/06/01

**Dotação Orçamentária:** 15.451.15

**Elemento de Despesa:** 4.4.90.51.00.00.00.00

**Projeto/Atividade:** 1023

**Ficha:** 297/292

10.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Perdões/MG, 20 de maio de 2026.

---

**Luciana Maria Arriel Soares**  
Secretária Municipal de Obras, Infraestrutura e Serviços Urbanos  
Subscritora



## ANEXO II

### MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PERDOES – MG

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

N.º XXX/2026

O(A).....(órgão ou entidade pública que gerenciará a ata de registro de preços), com sede no(a) ....., na cidade de ....., inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., neste ato representado(a) pelo(a) ..... (cargo e nome), nomeado(a) pela Portaria nº ..... de ..... de ..... de 202..., publicada no ..... de ..... de ..... de ....., portador da matrícula funcional nº ....., considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº ...../202..., publicada no ..... de ...../...../202....., processo administrativo n.º ....., RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação ou Aviso da Contratação Direta, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

#### 1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de ....., especificado(s) no(s) item(ns)..... do ..... Termo de Referência, anexo ..... [do edital de Licitação nº ...../20...], que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

#### 2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)					
X	Especificação	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Valor Total

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

#### 3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o .....(nome do órgão)....

#### 4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

## ANEXO II

4.1.1. *apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;*

4.1.2. *demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e*

4.1.3. *consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.*

4.2. *A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.*

4.2.1. *O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.*

4.3. *Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.*

4.4. *O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.*

4.5. *O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.*

### **Dos limites para as adesões**

4.6. *As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.*

4.7. *O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.*

4.8. *Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.*

4.9. *A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.*

### **Vedação a acréscimo de quantitativos**

4.10. *É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.*

## **5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA**

5.1. *A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.*

## ANEXO II

- 5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
- 5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
- 5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho dedespesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
- 5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
- 5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital ou no aviso de contratação direta* e se obrigar nos limites dela;
- 5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
- 5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
- 5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.
- 5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
- 5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2tem por objetivo a formação de cadastrode reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
- 5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
- 5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital ou no aviso de contratação direta*;e
- 5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
- 5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCPe ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

## ANEXO II

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos *do edital ou do aviso de contratação direta*, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

## 6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## 7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

## ANEXO II

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

## ANEXO II

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

### **9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

## ANEXO II

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

### 10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas *no edital ou no aviso de contratação direta*.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

### 11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL OU AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA.

11.2. *No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.*

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e *encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver)*.

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s)  
registrado(s)

## ANEXO II

### Anexo

#### Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor ( <i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i> )					
X	Especificação	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Valor Total

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor ( <i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i> )					
X	Especificação	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Valor Total



**ANEXO III**  
**MINUTA DO TERMO DE CONTRATO**  
**Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**  
**AQUISIÇÕES – LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO DIRETA**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PERDÕES – MG**

(Processo Administrativo nº xxxxx.xxxxxx/xxxx-xx)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº xx/xxxx, QUE FAZEM  
ENTRE SI O MUNICÍPIO DE PERDÕES/MG, POR  
INTERMÉDIO DO (A) ..... E  
.....

A Prefeitura Municipal de Perdões, por intermédio do(a) *[órgão contratante]*, com sede no(a) *[endereço]*, na cidade de *[cidade]/[UF]*, inscrito(a) no CNPJ sob o nº *[CNPJ]*, neste ato representado(a) pelo(a) *[cargo e nome]*, nomeado(a) pela Portaria nº XX, de *[dia]* de *[mês]* de *[ano]*, publicada no *Diário Oficial do Município* de Perdões/MG *[dia]* de *[mês]* de *[ano]*, portador da Matrícula Funcional nº *[nº matrícula]*, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) *[CONTRATADO]*, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº *[CNPJ]*, sediado(a) na *[endereço]*, na cidade de *[cidade]/[UF]*, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por *[nome e função no CONTRATADO]*, conforme *[atos constitutivos da empresa]* **OU** *[procuração apresentada nos autos]*, tendo em vista o que consta no Processo nº xxxxx.xxxxxx/xxxx-xx e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do(a) *[Pregão Eletrônico]* **OU** *[Concorrência]* **OU** *[Dispensa de Licitação]* **OU** *[Inexigibilidade de Licitação]* nº XX/XXXX, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de *[objeto]*, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						

2						
3						
...						

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. [O Edital da Licitação] **OU** [A Autorização de Contratação Direta] **OU** [O Aviso de Dispensa Eletrônica];
- 1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

## 2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura deste termo de contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do CONTRATADO, previstas neste instrumento.

## 3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## 4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## 5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R\$ xxxxxx (xxxxxxxxxx).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

## 6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

**7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE**

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

**8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.1.6. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.1.8.1. A Administração terá o prazo de 15 (quinze), a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 15 (quinze) dias;

8.1.10. *Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.*

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

**9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

- 9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;
- 9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- 9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;

9.15. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.16. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.17. *Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;*

**10. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO**

10.1. *Não haverá exigência de garantia contratual da execução.*

**11. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

11.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

**12. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

12.1. *O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.*

12.2. *Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.*

12.2.1. *Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:*

12.2.1.1. *ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e*

12.2.1.2. *poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.*

12.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.4. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.5. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.6. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.7. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.7.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.7.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.7.3. Das indenizações e multas.

12.8. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

12.9. O CONTRATANTE poderá ainda:

12.9.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

12.9.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

12.10. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na

fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

### **13. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES**

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

13.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

### **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- I) Gestão/unidade: [...];
- II) Fonte de recursos: [...];
- III) Programa de trabalho: [...];
- IV) Elemento de despesa: [...]; e
- V) Plano interno: [...]; e
- VI) Nota de empenho: [...];

14.2. *A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.*

### **15. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS**

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

### **16. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO**

16.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

**17. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO**

17.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Perdões/MG para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

*[Local], [dia] de [mês] de [ano].*

---

Representante legal do CONTRATANTE

---

Representante legal do CONTRATADO

**TESTEMUNHAS:**

1-

2-